Revista da Armada

N.º 44/MAIO 1975/ANO IV

PÁG. 4 O CORPO DE MARINHEIROS

Sumário

		Pág.
M. do Vale	**Nota de Abertura**	3
H. Fonseca	**O Corpo de Marinheiros**	4
M. Horta	**Notícias Pessoais**	9
S. Elpídio	**Terminologia Naval**	10
O. Lemos	**Ciências, Artes e Letras** Comemorando o Cinquentenário do Surrealismo	11
M. Horta	**Medalhas Comemorativas dos «60 anos de Aviação Militar Portuguesa»**	15
Redacção	**Voz da Abita**	16
S. Elpídio/M. Horta	**Saibam Todos**	17
M. do Vale	**Conversa entre Marinheiros... da «Nau de Pedra»**	18
G. Brandão	**Filatelia**	22
F. Barbosa	**Uma Aparição no Mar**	23
S. Elpídio	**Reportagem**	24
Vários	**Quarto de Folga**	32

Navio-Escola «Sagres» – As horas de lazer, quando a navegar, têm de ser ocupadas...

REVISTA DA ARMADA
Publicação Oficial
da Marinha

Director e Editor:
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

Orientação gráfica:
Hernani Lopes

Publicação mensal

Propriedade
do Ministério da Marinha

Redacção e Administração

Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

N.º 44 / MAIO 1975 / ANO IV

Preço de venda avulso	5$00
Assinaturas anuais:	
Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal)	50$00
Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal)	68$00
Ilhas (via aérea)	75$00
Ultramar (via aérea)	137$00

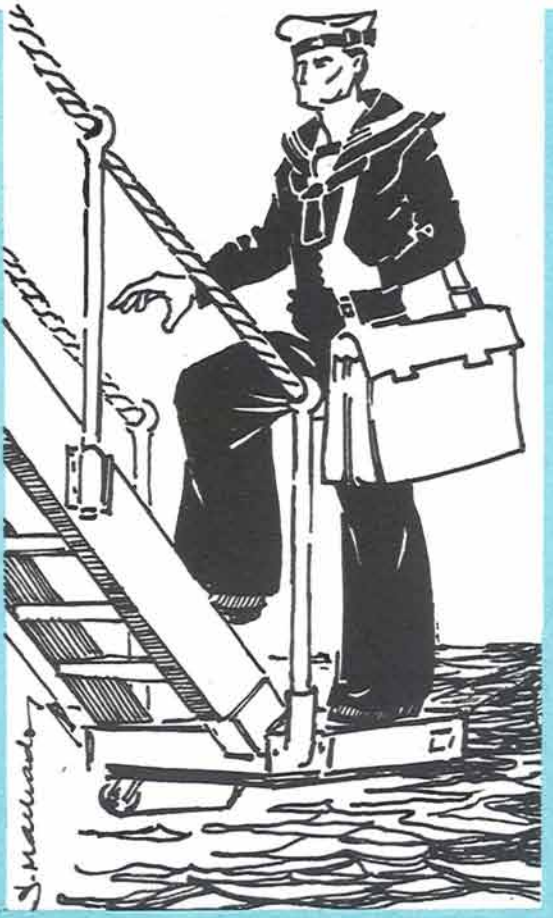
Na capa:

Escadaria do átrio do edifício principal do antigo Corpo de Marinheiros da Armada, actual Grupo n.º 2 de Escolas da Armada.

(Foto de A. Fernandes, Fotóg. do Gab. de Fotogr. do EMA)

Execução gráfica:
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

Nota de Abertura



FRASES QUE FICAM

As ordenanças são o espelho da guarnição assim como as embarcações são o espelho do navio. Foi isto que me ensinou, há muito tempo, um sargento de manobra, certamente por o ter ouvido a outros. Como muitas frases que correm na Armada, esta deve ter séculos, mas mantém-se actualizada. Com efeito uma ordenança com o nome da sua unidade na fita do boné, deixa de ser o marinheiro número tal, para ser o representante da unidade a que pertence. É por ele que as pessoas avaliam da correcção e aprumo do pessoal dessa unidade. No estrangeiro, onde é normalmente o primeiro a desembarcar, o caso é ainda mais grave, pois, é por ele que avaliam a nossa Armada, e até o nosso País.

O que se diz da ordenança em relação à guarnição, diz-se das embarcações em relação ao navio. Pelo seu asseio e eficiência logo se vê o que será o navio...

Com.

O CORPO de MARINHEIROS

O Corpo de Marinheiros existiu durante mais de cem anos. Neste artigo coligimos alguns elementos sobre a história desta instituição, de tão grandes tradições na nossa Marinha, dos organismos que a precederam e dos que lhe sucederam.

Nos tempos da primeira Dinastia o recrutamento da marinhagem era efectuado nas povoações ribeirinhas pelo sistema das viatenas, isto é, de cada grupo de vinte mancebos recrutados para o serviço militar um era destinado às galés reais. Nesses tempos o serviço a bordo limitava-se a remar e a manobras do pano latino das galés. Mais tarde, com a instalação da artilharia nos navios, que se julga ter começado no início dos descobrimentos, a marinhagem passou também a guarnecer as armas de arremesso, as bombardas e os canhões. Nos séculos que se seguiram o pessoal recrutado pelo sistema das vintenas já não era suficiente e passaram a servir também nas naus escravos barbarescos, e até criminosos e vadios.

Em 1676, foi criado um troço de trezentos marinheiros para o serviço da Armada – nos navios e nas fainas da Ribeira das Naus – e no ano seguinte um troço de trezentos artilheiros para serviço dos navios e fortalezas. Mais tarde, estes artilheiros constituiram o Regimento de Artilharia de Marinha, fundado em 1718, no qual entrou a maior parte do pessoal de marinhagem cujo troço foi extinto. Deixou então de se fazer o recrutamento por vintenas passando a ser feito com voluntários que se ofereciam para assentar praça nos navios ou nos armazéns em terra.

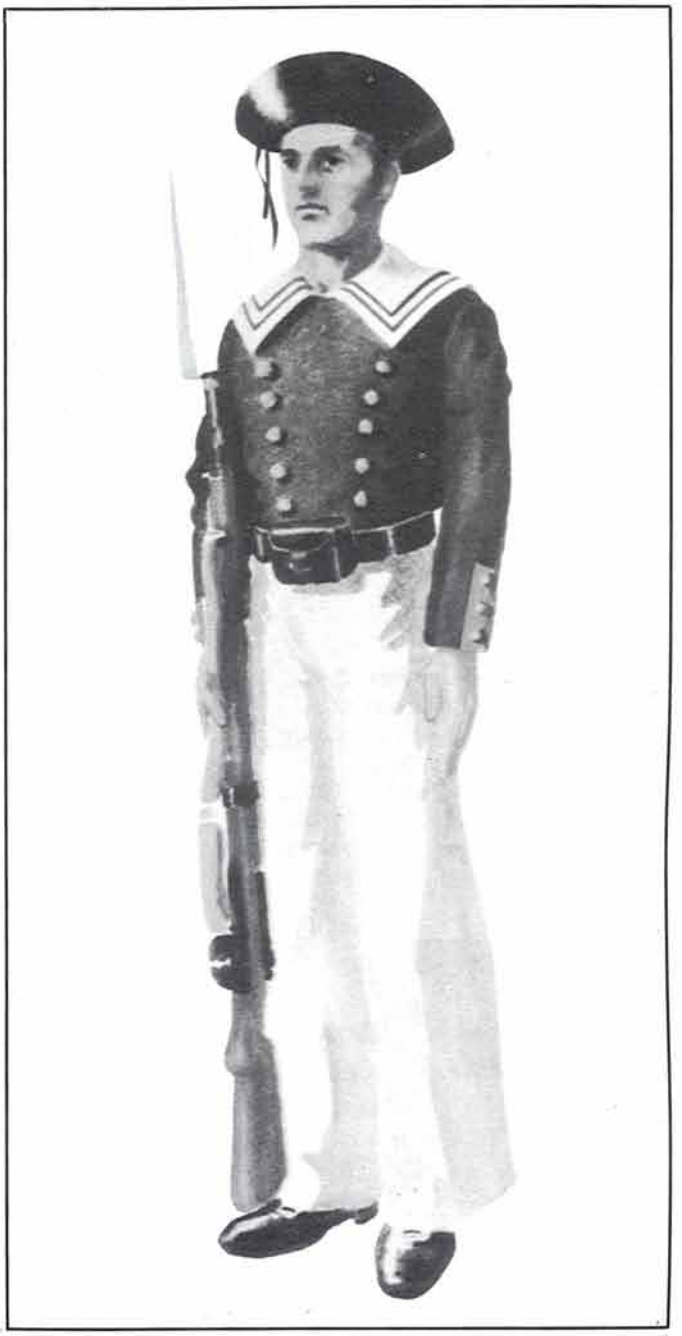
Posteriormente, recorreu-se ao recrutamento forçado, sendo susual prender e alistar uma parte das guarnições dos navios mercantes que entravam no porto de Lisboa. Esta medida porém dava lugar a muitas deserções originando grande escassez de pessoal nos navios de guerra.

Em 1797 foi organizada a Brigada Real da Marinha, na qual foram incorporados os antigos regimentos, ficando constituida por artilheiros-marinheiros, fuzileiros-marinheiros, artífices e lastradores-marinheiros.

Esta brigada foi reorganizada em 1807 e 1808, ficando com um efectivo de 2992 praças. Mais tarde, os efectivos foram reduzidos para 1647 praças, ficando a brigada composta de dois batalhões a oito companhias.

Em 1832 a Brigada Real da Marinha foi substituida pelo Regimento da Armada, constituído por um estado-maior e quatro batalhões a quatro companhias cada, com um efectivo total de 1815 homens. Cinco anos mais tarde foi criado o Batalhão Naval, constituído por um estado maior, um estado-menor, e oito companhias com 681 homens. Os efectivos deste batalhão foram aumentados para 1200 homens em 1840.

Em 1843 foi mandado estabelecer um depósito de marinhagem «a bordo de um navio do Estado ou onde fosse mais conveniente», destinado a fornecer e completar as guarnições dos navios de guerra. Neste depósito devia funcionar uma escola prática de marinhagem. Dois anos mais tarde, o major-general da Armada estabeleceu um plano regulando as promoções do pessoal de marinhagem e determinou as normas que a este respeito deviam ser seguidas pelos comandantes dos navios e oficiais marinheiros. Em 1845 foi também ordenado ao contador da Marinha que abrisse no assento da marinhagem uma verba onde se registasse a idade, a altura e outros sinais característicos que permitissem o reconhecimento do pessoal.



Marinheiro de 1851 (Aguarela do comandante Sousa Machado).

Finalmente, a 22 de Outubro de 1851, foi publicado um decreto determinando que os oficiais de manobra, os marinheiros, artistas e operários que guarneciam os navios do Estado constituiriam daí para o futuro um corpo permanente, denominado Corpo de Marinheiros Militares que teria a sua sede num navio de guerra ou em terra. Este Corpo era formado por vinte e duas companhias de embarque e uma companhia de depósito. Cada companhia de embarque era dividida em duas meias companhias, constituídas por 97 homens dos quais destacamos como curiosidade: um sargento-de-mar-e-guerra, cuja função era assistir à distribuição das rações e às manobras das escotas e do cabrestante, um guardião de número, de posto intermédio entre contramestre e marinheiro e um condestável, superintendente da artilharia.

A Companhia de Depósito era constituída por 460 homens dos quais destacamos também, um furriel e um guardião de nomeação, além de um guardião de número e cem pagens, que eram praças de graduação inferior a 2.º grumete.

Marinheiro de 1885 (Aguarela do comandante Sousa Machado).

Esta Companhia incluía mais 95 artífices e serventes (1.ºs e 2.ºs engenheiros, fogueiros, chegadores, carpinteiros de machado, calafates, coronheiros, serralheiros).

O Estado-Maior do Corpo compreendia, além do 1.º e do 2.º comandante, dois ajudantes, 1.º e 2.º-tenente, um quartel-mestre, 2.º-tenente, um secretário (do Corpo e do Conselho Administrativo) 1.º-oficial de Fazenda da Armada, um cirurgião de 1.ª classe e outro de 2.ª classe, um capelão e um mestre de esgrima. Constituiam o Estado-Menor um sub-ajudante, guarda-marinha ou aspirante de 1.ª classe, um sub-quartel-mestre, aspirante a oficial de Fazenda da Armada, um mestre de música de instrumentos de latão e quatro músicos para os mesmos instrumentos. Pertenciam também ao Estado-Menor os oficiais de manobra, cuja lotação era de oito 1.ºs mestres, dezasseis 2.ºs mestres, 24 contra-mestres, 48 guardiões de número e 24 guardiões de nomeação.

O recrutamento para a Armada era feito entre indivíduos inscritos nas capitanias dos portos, pelo sistema do sorteio, fornecendo cada capitania um número de recrutas proporcional ao número de inscritos. Estavam isentos do recrutamento os menores de catorze anos ou maiores de quarenta e os patrões ou arrais de barcos de pesca, os casados, os viúvos com filhos menores, os órfãos de pai e mãe desde que tivessem a seu cargo o sustento dos pais e aqueles que sustentassem irmãos menores. O tempo de serviço para os voluntários era de quatro anos para os marinheiros, seis para os grumetes e oito para os pagens. Para as praças recrutadas o tempo de serviço era de seis anos para os marinheiros, oito para os grumetes e dez para os pagens. As praças readmitidas serviam por períodos de quatro anos. Os pagens poderiam ter de doze a quinze anos, sendo preferidos os filhos de oficiais marinheiros ou de pessoal doutras classes da Armada.

A classe de sargentos-de-mar-e-guerra era constituída por indivíduos escolhidos entre os aspirantes de 2.ª classe de Fazenda ou supranumerários prestando serviço na Armada e os artífices por indivíduos das respectivas classes do Arsenal de Marinha. As classes de marinhagem eram preenchidas por voluntários, recrutados e readmitidos. O embarque nos navios de guerra era feito por companhias ou meias companhias, conforme as lotações. Quando a lotação excedia o pessoal de uma ou mais companhias ou meias companhias, o pessoal para a completar era fornecido pela Companhia de Depósito. Sempre que possível as companhias ou meias companhias embarcavam com os seus oficiais e oficiais marinheiros (mestres, contramestres e guardiões). O alistamento das praças era feito na Companhia de Depósito, a qual tinha a seu cargo a instrução e distribuição pelas restantes companhias. Em cada companhia de embarque havia uma esquadra de artilheiros-marinheiros constituida por vinte marinheiros e primeiros-grumetes, os quais eram instruídos no uso da artilharia, calibração de projécteis e serviço de paióis. De notar que após a criação do Corpo de Marinheiros Militares foi extinto o Batalhão Naval, criado em 1837, passando o respectivo pessoal, na sua maior parte, para o Exército. Os corneteiros e músicos do Batalhão bem como o armamento, correame, equipamento, instrumentos e outros utensílios, passaram para o Corpo. O quartel foi instalado inicialmente na fragata «D. Fernando», e foi seu primeiro comandante o capitão-de-mar-e-guerra Francisco Soares Franco. Em 1853 o quartel foi transferido para a nau «Vasco da Gama», continuando como comandante o mesmo oficial.

Em 1854 foram introduzidas algumas alterações no decreto que criou o Corpo de Marinheiros Militares, o qual passou a chamar-se Corpo de Marinheiros da Armada Real, ou mais simplesmente, Corpo de Marinheiros, como passou a ser também designado. As companhias de embarque passaram a ser dezasseis. Após esta reorganização o Corpo ficou com as seguintes categorias de praças:

Sargento-ajudante, mestre de armas, mestre de música, músicos, músicos de pancada, coronheiro, espingardeiro, primeiros-sargentos, segundos-sargentos, furriéis, corneta-mor, cabo de cornetas, corneteiros, marinheiros graduados, primeiros-marinheiros, se-

Cabo de marinheiros de 1890 (Aguarela do comandante Sousa Machado).

gundos marinheiros, primeiros-grumetes, segundos-grumetes e pagens.

Além das praças do Corpo de Marinheiros da Armada Real embarcavam nos navios praças doutras classes: fiéis de géneros e de artilharia, enfermeiros, escreventes, cozinheiros, despenseiros, padeiros, barbeiros, sargentos-de-mar-e-guerra e criados.

O pessoal de máquinas fazia parte dum corpo especial, criado em 1854, denominado Corpo de Maquinistas Navais constituído por 157 homens: maquinista-inspector de máquinas, maquinistas de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, ajudantes-maquinistas de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, fogueiros e chegadores.

O maquinista-inspector tinha a graduação de primeiro-tenente; os maquinistas de 1.ª classe a de segundo-tenente; os de 2.ª classe a de guarda-marinha; os de 3.ª classe a de mestre de nau. Os ajudantes de 1.ª classe tinham a graduação de mestres de fragata; os de 2.ª classe a de contramestre; os de 3.ª classe a de guardiões. Os fogueiros eram equiparados a marinheiros graduados e os chegadores a grumetes. O recrutamento dos fogueiros e dos ajudantes de 1.ª classe era feito entre pessoal das oficinas de máquinas do Arsenal da Marinha ou de estabelecimentos particulares da mesma espécie. Deve notar-se que em 1855 a Armada nacional era composta quase exclusivamente por navios de vela: naus, fragatas, corvetas, brigues e escunas. Além destes havia apenas os três vapores «Mindelo», «Infante D. Luís» e «Conde de Tojal».

Em 1857 o Corpo de Marinheiros passou a ter o seu aquartelamento no Quartel de Alcântara, onde estivera alojado o antigo Batalhão Naval. As instalações tinham sido também Quartel de Cavalaria e estavam em tão mau estado que o Ministério da Marinha, ainda no tempo do Batalhão Naval, mandou proceder à sua demolição, iniciando-se em 1845 a construção dum novo quartel que ocupava também parte da área do Convento do Sacramento. As obras arrastaram-se por largos anos, vindo a terminar em 1863. Justificava-se a instalação do Corpo em terra pela necessidade de dispor duma parada para a instrução de infantaria e de casernas para o pessoal, arrecadações para o armamento, secretarias, prisão, etc., que não era possível ter num navio de guerra.

Na reorganização de 1868 o Corpo passou a denominar-se Corpo de Marinheiros da Armada, denominação que manteve até à sua extinção, quase cem anos mais tarde. O comandante passou a ser um oficial general ou um capitão-de-mar-e-guerra e as companhias de embarque foram substituídas por três divisões, por sua vez divididas em secções, agrupando cada divisão o pessoal duma especialidade. Nesta reorganização foi ainda criada a Divisão de Veteranos de Marinha, anexa ao Corpo (1).

Novas reorganizações se verificaram: uma em 1875, que manteve os órgãos da anterior, outra em 1884 que restabeleceu as companhias de embarque, agrupadas em quatro divisões. A primeira divisão tinha duas companhias de marinheiros gageiros e timoneiros; a segunda duas companhias de artilheiros e torpedeiros; a terceira, seis companhias de marinheiros fuzileiros e gente de manobra; a quarta tinha duas companhias de fogueiros e chegadores. Foram extintas as classes de guardiães, escreventes e furriéis. Os guardiães passaram a ser considerados contramestres graduados e os furrieis foram graduados como sargentos.

Em 1890 foi publicado o Plano de Organização do Corpo de Marinheiros da Armada que passou a ser constituído por um estado-maior, um estado-menor e duas divisões. Estas eram comandadas por capitães-tenentes. A primeira compreendia duas brigadas de manobra e a segunda uma brigada de artilheiros e torpedeiros e outra de artífices e pessoal de máquinas. Cada brigada era composta de quatro companhias. Havia ainda uma charanga composta de praças de marinhagem em número não superior a vinte. As companhias de embarque eram constituídas por voluntários, compelidos, alunos marinheiros e readmitidos. O tempo de serviço era de seis anos para os voluntários e recrutados, oito para os alunos marinheiros, nove para os refractários e três para cada período de readmissão. As praças podiam especializar-se em torpedeiros, fuzileiros e timoneiros e quando julgadas incapazes ingressavam numa divisão de reformados dependente do Corpo de Marinheiros.

Após a reorganização de 1890 as categorias de pessoal do Corpo passaram a ser as seguintes:

Mestres, primeiros contramestres, segundos contramestres, sargentos-ajudantes, primeiros-sargentos, segundos-sargentos, cabos, primeiros-marinheiros, segundos-marinheiros, primeiros-grumetes, segundos-grumetes, corneteiros, cabos-fogueiros, primeiros-fogueiros, segundos-fogueiros, chegadores, mestre de charanga, contramestre de charanga, mestre de corneteiros, contramestre de corneteiros.

(1) A Divisão de Veteranos era comandada por um oficial reformado e nela ingressavam os oficiais marinheiros, os fiéis, enfermeiros, fogueiros, chegadores e as praças de pré do Corpo de Marinheiros, incapazes do serviço activo. Estas praças continuavam a receber o pré que lhes competia na efectividade de serviço, se a incapacidade fosse devida a ferimento em combate ou desastre em serviço. As outras praças da Divisão recebiam dois terços do vencimento de efectividade.

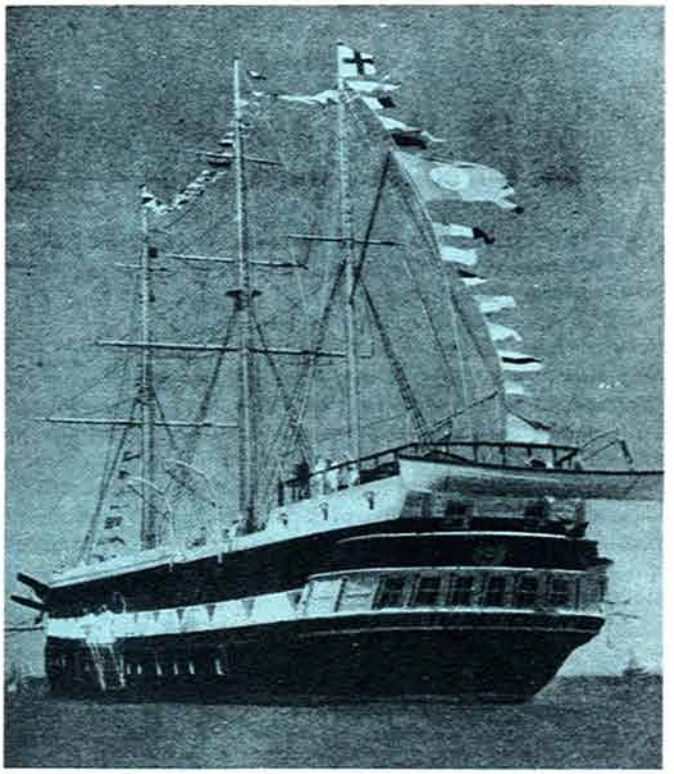
Nessa data, 1890, a esquadra nacional compunha-se do couraçado «Vasco da Gama», das corvetas «Estefânia», «Bartolomeu Dias», «Afonso de Albuquerque», «Rainha de Portugal», «Mindelo» e «Duque da Terceira», de doze canhoneiras de 1.ª classe e três canhoneiras de estação e dos transportes de guerra «Índia» e «África». Pertenciam ainda à Marinha de Guerra a fragata «D. Fernando», a corveta «Duque de Palmela» e a corveta «Sagres», já sem valor militar, e pequenos navios a vapor utilizados no serviço da fiscalização da pesca.

Novas alterações teve a organização do Corpo de Marinheiros da Armada em 1892 e 1893, passando a pertencer-lhe as praças que desempenhavam a bordo as funções de despenseiros, cozinheiros, padeiros e criados que foram alistados na companhia de serviçais e as praças da companhia de saúde. A evolução por que estava a passar o material naval, determinou nova organização em 1898, passando a ser incorporados no Corpo os sargentos e praças de todas as especialidades, incluindo o pessoal da Escola de Torpedos. Nesta reforma, algumas classes de pessoal aumentaram de importância em detrimento da classe de manobra menos necessária pelo desaparecimento dos navios de vela. Os sargentos e praças foram agrupados por especialidades, em brigadas, e estas agrupadas em duas divisões: a primeira, formada por uma brigada de pessoal de artilharia e outra de pessoal de máquinas; a segunda, por uma brigada de pessoal de manobra, outra de pessoal de torpedos e por uma brigada mista que incluia os sargentos do serviço geral, os sargentos carpinteiros, serralheiros, enfermeiros, o mestre e contra-mestre de charanga, mestre e contramestre de corneteiros, corneteiros tambores e aprendizes, despenseiros, cozinheiros, criados de câmara e padeiros. No quartel de Alcântara era centralizada a escrituração das praças do Corpo, no referente a dados biográficos, registo disciplinar e contas de fardamento.

Em 1902 o Corpo passou a ser constituído por cinco brigadas, sendo a primeira de artilharia, a segunda de máquinas, a terceira de manobra, a quarta de torpedos e a quinta mista. Incluia esta última os sargentos do serviço geral, os sargentos enfermeiros e ajudantes enfermeiros, o mestre e os sargentos artífices torpedeiros-electricistas, serralheiros, carpinteiros, mestre e contramestre de música, músicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, mestre e contramestre de corneteiros, corneteiros-tambores, aprendizes, despenseiros, 1.os e 2.os cozinheiros, criados e padeiros. Esta organização de 1902 foi sofrendo modificações, em consequência das alterações do material naval. Assim, em 1901 foi criada a especialidade de telegrafistas navais, os quais eram escolhidos entre o pessoal da classe de timoneiros-sinaleiros, e habilitados pela Escola de Torpedos e Electricidade.

Após a proclamação da República, o cargo de comandante do Corpo foi exercido durante alguns anos pelo major-general da Armada. Os seus quadros foram tendo sucessivas alterações até que, em 23 de Janeiro de 1918, foi extinto e substituido pelo Corpo de Equipagens da Armada dependente da Majoria General da Armada. Tinha a sede no Depósito de Equipagens da Armada, instalado no aquartelamento da Companhia de Sapadores do Caminho de Ferro, em Cascais. Este Corpo de Equipagens da Armada teve uma curta existência dado que logo em Abril do mesmo ano, as atribuições do seu comandante foram conferidas ao major-general da Armada. Em Abril do ano seguinte foi instalado novamente no antigo Quartel de Alcântara o Depósito de Praças da Armada, por se ter chegado à conclusão de que não se dispunha de um navio para o efeito.

Em 1920 foi restabelecido o Corpo de Marinheiros da Armada, ficando com a organização existente à data da sua extinção e com sede no Quartel de Alcântara. Embora o Corpo fosse considerado desde a sua fundação como uma unidade orgânica e os sargentos e praças embarcados nos navios como dela destacados, verificava-se, contudo, que as necessidades do serviço, como quartel, absorviam muito pessoal, acrescendo que o Corpo também fornecia os destacamentos, guardas e mais pessoal para as diferentes situações em terra, chegando-se à situação paradoxal da satisfação destas funções serem feitas com prejuízo da manutenção dos efectivos das unidades navais. Considerado como depósito de praças, o Corpo também não satisfazia ao que lhe era exigido porque ali não era ministrada a instrução das diversas especialidades, diminuindo assim as aptidões dos especialistas, adquiridas nas escolas e a bordo. Para obviar a estes inconvenientes foram criadas em 1924, as Brigadas da Armada, as quais além das funções de depósito de sargentos e praças desembarcados e de arquivo de todos os elementos necessários para o registo da sua vida militar, tinham mais as seguintes funções:



Fragata «D. Fernando II e Glória», que serviu de quartel ao Corpo de Marinheiros entre 1851 e 1853 e à Brigada de Artilheiros entre 1924 e 1934.

a) Brigada de Marinheiros – Instrução geral preparatória de recrutas e de alunos marinheiros e instrução de manobra, marinharia, sinais, ginástica, esgrima, jogos, infantaria e forças de desembarque;

b) Brigada de Artilheiros – Instrução de artilharia, armas portáteis, tiro naval, telemetria;

c) Brigada de Mecânicos – Instrução de electricidade, radiotelegrafia, máquinas, torpedos e minas;

d) Brigada da Guarda Naval – Destinada a fornecer pessoal para guardas e segurança dos estabelecimentos em terra, navios e forças de desembarque para operações em terra.

Além destas brigadas foi criado o Centro de Alistamento e Reserva de Marinheiros da Armada com as funções que o próprio nome indica. Com a criação das brigadas foram extintas as Escolas de Alunos Marinheiros, as Escolas Práticas de Artilharia Naval e Torpedos e a Escola de Recrutas da Armada.

A Brigada de Marinheiros foi instalada no Quartel do Alfeite, cuja construção tinha sido aprovada em 1914 para Escola de Aplicação de Marinha, mas onde desde 1918 funcionava a Escola de Recrutas da Armada. As Escolas de Alunos Marinheiros do Norte e do Sul, que funcionavam respectivamente em Leixões e em Faro, foram substituídas pela Escola de Alunos Marinheiros anexa à Brigada. Competia também à Brigada de Marinheiros o Curso Geral de Sargentos, o Curso de Instrutores Gerais (destinados à instrução de infantaria, ginástica e esgrima) e a Escola de Clarins. Faziam parte da Brigada os sargentos e pra-

ças instrutores gerais, os sargentos e praças de marinharia, sinais e artífices carpinteiros, os sargentos enfermeiros e praças de saúde naval, os clarins e os serviçais (despenseiros, cozinheiros, padeiros e criados).

A Brigada de Artilheiros compreendia os sargentos e praças das especialidades de artilharia e telemetria e os artífices artilheiros. Foi instalada na fragata «D. Fernando», onde era ministrada a instrução profissional.

A Brigada de Mecânicos compreendia os sargentos artífices torpedeiros e os sargentos e praças de torpedos, minas e electricidade, os sargentos e praças telegrafistas, os sargentos condutores de máquinas, os sargentos e praças de máquinas e caldeiras (fogueiros) e os sargentos artífices serralheiros. Foi instalada em Vale de Zebro onde era ministrada a instrução.

Quanto à Brigada de Guarda Naval, constituida pelos sargentos e praças fuzileiros e pelos músicos da Armada foi instalada no Quartel de Alcântara, onde também funcionava o Centro de Alistamento e Reserva de Marinheiros da Armada. Esta Brigada não chegou a completar o seu efectivo por dificuldades encontradas na sua organização e teve vida efémera, pois foi extinta em 1926, passando os serviços que lhe competiam para as restantes brigadas. O pessoal que a constituia voltou às brigadas a que anteriormente pertencia. Os músicos passaram à Brigada de Marinheiros mas a Banda continuou no Quartel de Alcântara onde fora construido um edifício destinado aos seus ensaios, que ainda hoje é utilizado.

Contudo, a extinção do Corpo não trouxe qualquer vantagem, porque as brigadas ficaram sobrecarregadas com inúmeros serviços burocráticos, daí resultando a impossibilidade dos seus comandos dedicarem o devido esforço à instrução, principal intuito da sua criação. Além disso não havia a necessária coordenação entre as brigadas, entregues a três comandos independentes. Foi por isso novamente criado, em 1934, o Corpo de Marinheiros da Armada, com sede no Alfeite, sob o comando de um capitão-de-mar-e-guerra, na dependência directa do comandante-geral da Armada. Os sargentos e praças dos efectivos do Corpo foram distribuidos por três brigadas: a primeira com os sargentos e praças da extinta Brigada de Artilheiros; a segunda com os sargentos e praças da antiga Brigada de Mecânicos e os sargentos artífices carpinteiros; e a terceira com os sargentos e praças da Brigada de Marinheiros. Na mesma altura foram criadas as escolas de aplicação de Marinha, de Artilharia, de Mecânicos, de Marinharia e Manobra e de Radiotelegrafia e Comunicações, onde passou a ser ministrada a instrução técnica complementar para a especialização de oficiais e a instrução militar, técnica e profissional, dos sargentos e praças. O Curso Geral de Sargentos ficou a funcionar na Escola de Mecânicos, em Vila Franca de Xira, onde também ficou anexa a Escola de Alunos Marinheiros, destinada à instrução geral preparatória dos voluntários e recrutados destinados ao serviço da Armada. No Quartel de Alcântara continuou instalado o Comando dos Serviços Auxiliares de Marinha, organismo onde foram reunidos o Centro de Alistamento e Reserva de Marinheiros da Armada, a Secção de Reformados e a Reclusão Naval.

A aquisição de novas unidades navais, durante os anos trinta, deu origem a alterações nos quadros de sargentos e praças e à criação de novas classes e especializações. Outras alterações se fizeram nos quadros em consequência das modificações do material naval após a última Grande Guerra. Todavia, isto é já história recente, de todos sobejamente conhecida.

Mas o Corpo de Marinheiros não pôde sobreviver por muito tempo às transformações por que passou a orgânica da Armada, após a última Grande Guerra. A conveniência de integrar todas as actividades relativas a pessoal numa única direcção de serviços, levou à criação, em 1961, da Direcção do Serviço do Pessoal, extinguindo-se na mesma altura o Corpo de Marinheiros da Armada. Àquela direcção passaram a competir os assuntos relativos à admissão, promoção, tirocínios, informações, movimento, registo e mudanças de situação de oficiais, sargentos e praças do activo, reservas e reformados. Os assuntos referentes a sargentos

Tambor da Brigada Real da Marinha – 1797 (Aguarela do comandante Sousa Machado).

e praças do activo ficaram a cargo da 2.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal que ficou instalada no Alfeite, em dependência do antigo Quartel, actualmente sede do Grupo n.º 2 de Escolas da Armada. Os assuntos relativos a reservistas e reformados passaram a competir à 3.ª Repartição da mesma Direcção que ficou instalada no Quartel de Alcântara, nas dependências que ocupava o Comando das Reservas de Marinha, o qual por sua vez sucedera ao Comando dos Serviços Auxiliares de Marinha que funcionara no mesmo local.

Para terminar, transcrevemos o Decreto de 12 de Março de 1921 que condecorou o Corpo de Marinheiros com o grau de comendador da Ordem Militar da Torre e Espada:

«Considerando que o Corpo de Marinheiros da Armada se tem evidenciado sempre por forma notável na defesa da Pátria, tanto nas campanhas de África, onde tem dado sublimes provas de heroísmo, de sacrifício e de abnegação, como na Europa, onde durante a Grande Guerra teve ocasião de demonstrar, por mais de uma vez, o seu indefectível patriotismo e elevadas qualidades militares, não só no alto feito do caça-minas «Augusto de Castilho», como em perigosos e aturados cruzeiros através de zonas de guerra e noutros serviços arriscados, honrando assim as nobres tradições dos seus gloriosos antepassados;

Considerando também que o referido Corpo de Marinheiros, levado por ardente fé republicana, contribuiu com o seu denodado esforço para a implantação da República e ao lado dela se tem mantido sempre inflexível e pronto a sustentar a integridade das suas instituições sem tibiezas nem hesitações quando elas correm perigo de serem subvertidas, como o demonstrou por ocasião das primeiras incursões monárquicas, no ataque aos revoltosos de Monsanto e durante o movimento monárquico que por alguns dias assolou o Norte do País;
Considerando que por tão altas qualidades e merecimentos o Corpo de Marinheiros da Armada se tornou digno dum especial galardão;
Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, aprovada pelo Conselho da Ordem Militar da Torre e Espada, decretar que o Corpo de Marinheiros da Armada seja condecorado com o grau de comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e que as respectivas insígnias sejam usadas pendentes da sua bandeira»...

Maior homenagem não poderia ter sido prestada ao Corpo de Marinheiros da Armada, por onde passaram tantas gerações de oficiais, sargentos e praças...

Henrique A. Fonseca
Cap.-m.-g.

Notícias Pessoais

CASAMENTOS

Cadete FZ RN Diogo Cristóvão de Castro Almeida e Vasconcelos com D. Maria Teresa Matos da Silva, em 12-2-75.
813/65/Cabo FZE Anselmo da Costa Henriques com D. Cremilde Maria Ferreira, em 1-2-75.
614/69/Cabo O Manuel Dinis Rasteiro com D. Maria do Rosário Louro, em 2-2-75.
2367/72/Mar. T Jorge Manuel da Silva Furtado com D. Glória de Fátima Pereira de Rosa, em 8-2-75.
288/73/Mar. E José Semião Júnior com D. Maria Guerreiro, em 17-2-75.
2701/71/1.º gr. M José Botequilha do Nascimento com D. Maria Leliana Arnedo, em 1-2-75.
1133/72/1.º gr. C João Henriques Flores Mendes com D. Maria Helena Patrício, em 1-2-73.
2964/73/2.º gr. FZ Joaquim Fernandes de Bessa com D. Maria Felismina Brochado, em 8-2-75.
337/74/2.º gr. L António Luís Feliciano das Neves com D. Ana Bela Reis Coelho, em 8-2-75.
456/74/2.º gr. CM Armando Augusto da Silva Soares com D. Maria de Fátima da Silva Dias, em 4-2-75.
1988/74/2.º gr. CM Francisco José Travanca Zuna com D. Delfina Rosa da Silva Calcinha, em 2-2-75.

PASSAGENS À RESERVA

Comodoro EMQ Fernando Luís Tavares, em 1-3-75.
Cap.-m.-g. AN Luís da Cunha Rodrigues Cancela, em 1-3-75.
2.º-ten. SG António Afonso, em 17-3-75.
Sarg-aj. M António de Sá Oliveira, em 14-3-75.
Sarg.-aj. A Manuel Pereira, em 20-2-75.
1.º-sarg. MQ José Francisco, em 15-2-75.
1348/Cabo TFH Américo Peixoto, em 23-2-75.
1849/67/Mar. L António Lúcio Pereira de Loureiro, em 11-3-75.

APOSENTAÇÕES

Manuel Vieira, cabo-de-mar de 2.ª classe do Q.P.C.M.D.N. (M), em 31-3-75.

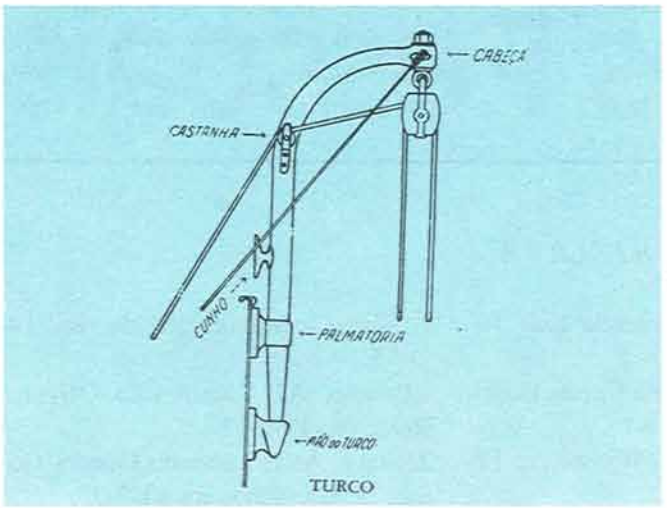
FALECIMENTOS

C.-alm. RA José Casimiro Alcobia Freitas Ribeiro, em 29-3-75.
Cap.-m.-g. RA Virgílio Guimarães Rodrigues, em 27-3-75.
1.º-sarg. L João de Oliveira Baptista, em 20-2-75.
1.º-sarg. S Manuel Rebelo, em 14-3-75.
1.º-sarg. AE Lourivaldo Oliveira Rosa, em 11-3-75.
2.º-sarg. ARE Laurindo Guedes Gomes de Carvalho, em 11-3-75.
2200/Cabo C Rafael Teixeira, em 17-3-75.
1709/Cabo A RF José Afonso Grilo, em 6-2-75.
97/68/Mar. FZE Manuel de Brito Rego, em 5-3-75.
971/71/Mar. M João Manuel Moutinho Novais, em 24-2-75.

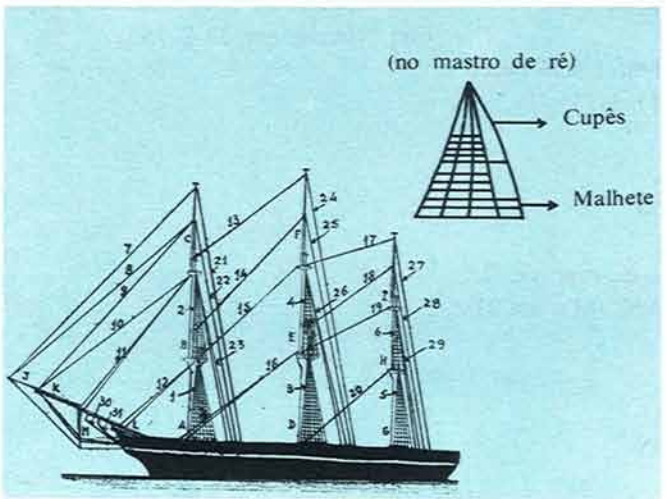
Terminologia Naval

CULAPADA – Pancada dada pela popa do navio na vaga, originada pelo balanço de proa a popa.

CUNHO – Peça de madeira ou metálica fixada no convés, amuradas, turcos das embarcações, com duas orelhas para dar volta a cabos.



CUPÊS – Último ovém de ré das enxárcias reais a que se vai ligar de cinco em cinco enfrexates um destes, sendo geralmente o primeiro enfrexate um varão de ferro que se liga também ao cupês, recebendo o nome de malhete.

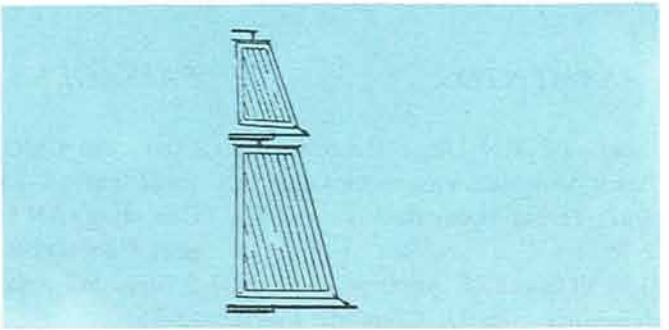


CURVA DO PAPA-MOSCAS – Peça de ferro ou madeira, curva, que liga o pau das costas com a roda de proa, arrematando superiormente o beque e terminando nas costas da figura de proa.

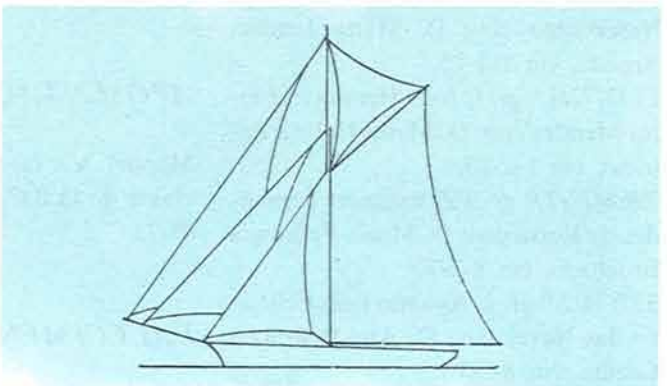
CURVATÕES – Duas fortes peças de madeira entalhadas e assentes sobre as romãs dos mastros no sentido de proa à popa, uma de cada lado do calcês; sobre elas cruzam de bombordo a estibordo os vaus que hão-de receber o cesto da gávea.

CUSPIR A ESTOPA – Sair a estopa das costuras do tabuado devido ao facto de a madeira deste ter inchado.

CUTELINHOS E CUTELOS – Velas auxiliares quadrangulares, largas e caçadas junto às testas dos joanetes, velacho e gávea, quando há ventos de feição, para aumentar a superfície do pano.



CÚTER – Embarcação de recreio, dispondo de um só mastro com mastaréu, no qual arma um latino quadrangular e um gave-tope; tem gurupés e usa como velas de proa uma vela de estai e uma a três bujarronas. Este termo provém da palavra «catur», nome de uma embarcação do Oriente que os ingleses designaram por «cutter» para lhe darem pronúncia semelhante à nossa; mais tarde esta mesma forma foi por nós adoptada, com grafia à inglesa e pronúncia portuguesa.



DALA – Calha ou tubo metálico destinado aos despejos do navio e situado geralmente por altura das cozinhas.

DANÇARINO – Diz-se do navio com pouca estabilidade e que balança muito, mesmo com pouco mar; termo curioso e utilizado para designar a mesma característica é «doce da borda».

Ciências Artes e Letras

COMEMORANDO O CINQUENTENÁRIO DO SURREALISMO

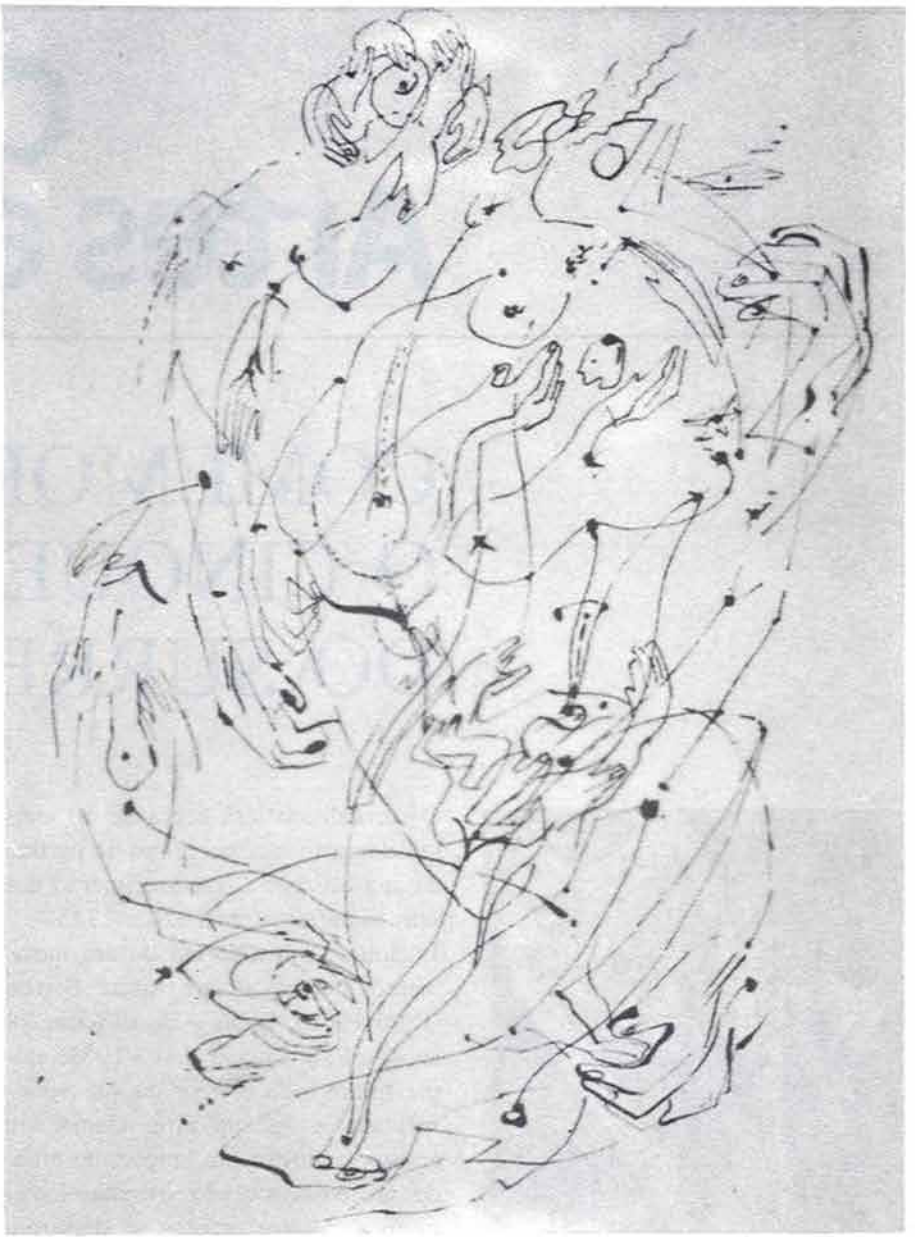
O Jardim das delícias (detalhe do tríptico) de Jerónimo Bosch.

O surrealismo terá cerca de 50 anos se adoptarmos como ponto de partida da sua existência o aparecimento dos seus manifestos em 1924 e 1925.

Iniciou-se sob a forma de um movimento literário a que André Breton (1896-1966), Louis Aragon (com 78 anos) e Paul Eluard (1895-1952) emprestaram todo o vigor da sua personalidade e da sua arte. Como seu arauto, o movimento lançou, no mundo das letras, a célebre revista «Littérature». Muitos artistas se deixaram seduzir por esta nova maneira de encarar o mundo, a vida e a arte. O processo espontâneo, desinibido, como que automático de criação artística era a lei. André Breton, no 1.º manifesto afirmava do surrealismo, que se tratava de «puro automatismo psíquico em que se tem a intenção de exprimir, quer verbalmente, quer por escrito, quer de qualquer outra forma, o *processus* real do pensamento. (...) Ditado do pensamento, na ausência completa de controle exercido pela razão, fora de toda a preocupação estética e moral... O surrealismo assenta na crença na realidade superior de certas formas de associações a que até aqui se não dava importância, nas potencialidades do sonho e no jogo desinteressado do pensamento. Tende para a destruição de todos os outros mecanismos psíquicos, tomando o seu lugar na resolução dos principais problemas da vida.»

O surrealismo nasceu por assim dizer da guerra. A maioria dos artistas tinha vivido o caos que se lhe tinha seguido e as contradições sociais que estiveram na sua origem. Actuou nos artistas como uma escapadela ou fuga às realidades individuais. A maioria deles, chocados profundamente pela era de violência que se acabara de viver, anatemizava toda a arte burguesa do passado e entendia que só a revolução proletária poderia trazer a justiça social por que ansiavam. Bom número deles enveredou mesmo por um tipo de arte colectiva de índole popular. Assiste-se à entronização de elementos banais e humildes no arsenal artístico tanto de escultores como de pintores e muitos objectos de uso comum ou mesmo desperdícios são aproveitados para composições artísticas. Vêem-se nas telas além das tintas convencionais, pedaços de tecido, jornais, sacos, serapilheiras, areia, fios, cordas, fragmentos de ossos, etc., em arranjos enigmáticos, incongruentes, fantásticos e quase sempre chocantes. Os escultores socorrem-se não poucas vezes de toda a espécie de sucata para as suas composições em que o maçarico e o ferro de soldar são instrumentos que se substituem ao cinzel tradicional. Latas velhas, fer-

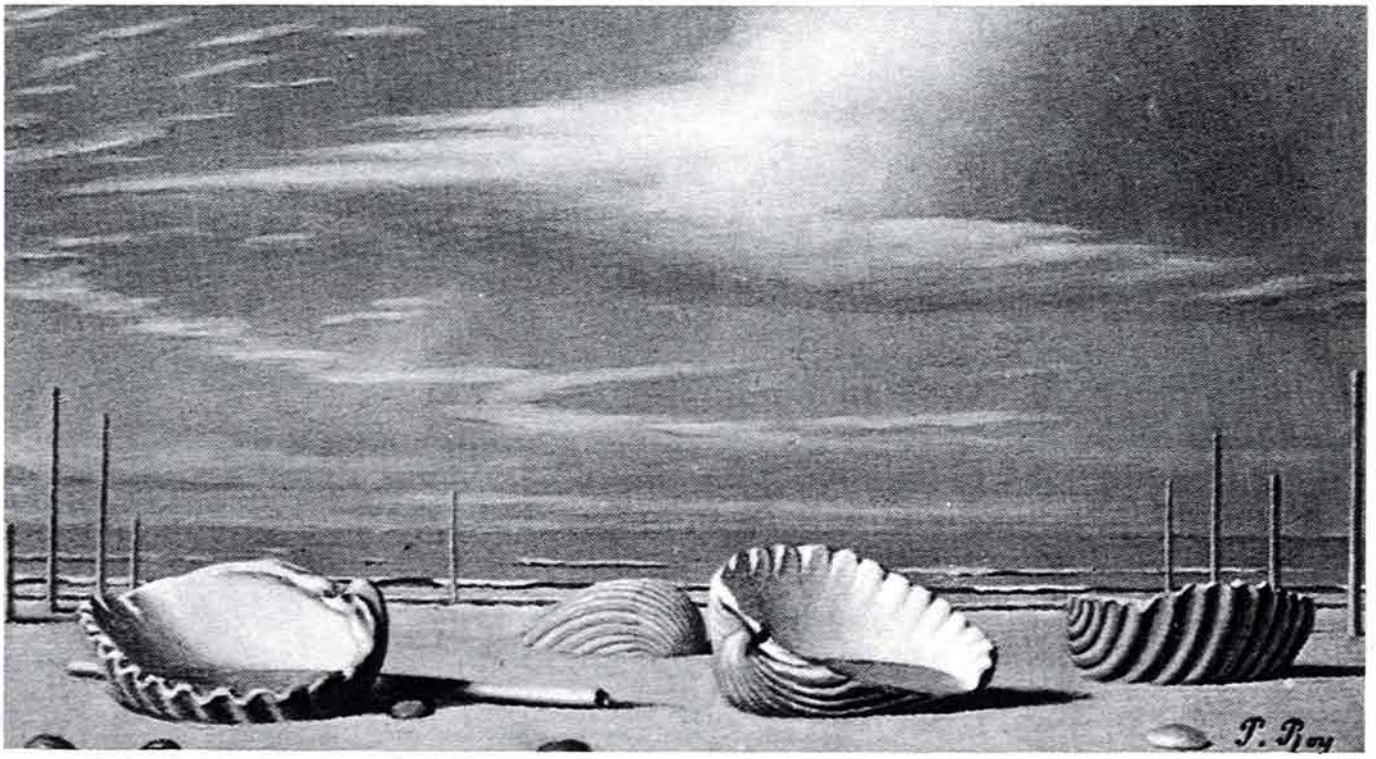
Persistência da memória de Magritte.



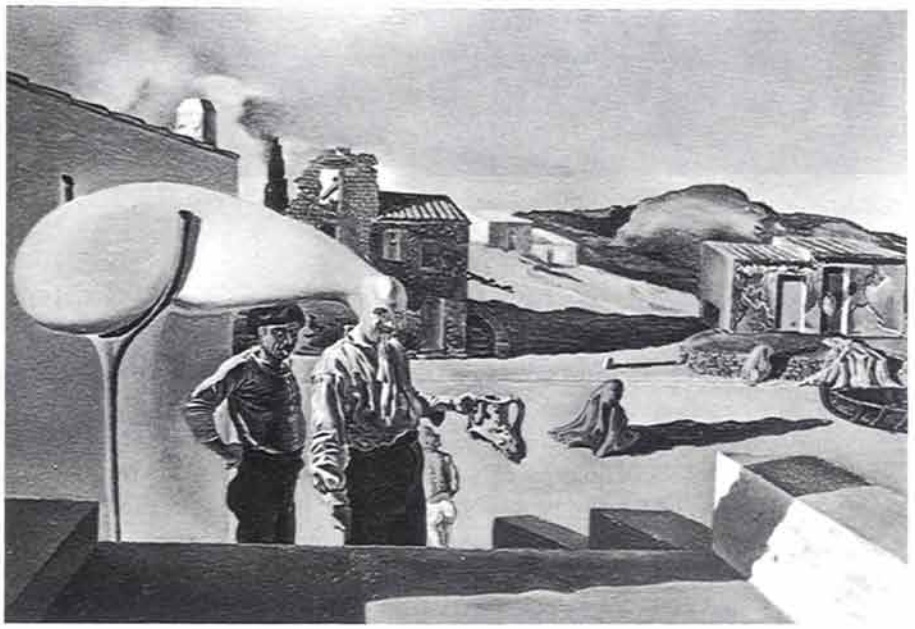
Desenho automático de André Masson.

ros torcidos, pedras, destroços vegetais, raízes e caules são aproveitados para traduzir toda a sorte de visões que lhes assediavam o espírito que delas se libertava através da criação artística. As imagens recalcadas no subconsciente foram trazidas à luz do dia, nuns casos espontaneamente, noutros desbloqueadas pelo álcool, a droga e a loucura. Não surpreende portanto que as exposições surrealistas fossem para a maioria dos espectadores uma espécie de «retratos» de pesadelos.

A tradição surrealista é, ao contrário do que se possa pensar, muito antiga. A exploração das potencialidades do sonho já fora feita por pintores como Jerónimo Bosch (1450--1516), Leonardo da Vinci (1462--1519), Goya (1746-1828), Johann Füssli (1741-1825) e outros. Como precursores imediatos contam-se os artistas que puseram em marcha o movimento DADA (ver n.º 12 da «Revista da Armada»). Foram eles que iniciaram uma completa ruptura, revolucionária e violenta, com os padrões artísticos da época. Vemos assim desembocar no surrealismo uma certa tradição de pintura onírica que vinha desde a Renascença e que tenderia a converter a arte baseada na observação exterior e na construção plástica numa outra arte cujo objecto é a exploração dos mistérios interiores. À arte da razão iria contrapor-se a arte do inconsciente e do desconhe-



Conchas pela manhã de Pierre Roy.



O grande paranóico de Salvador Dali.

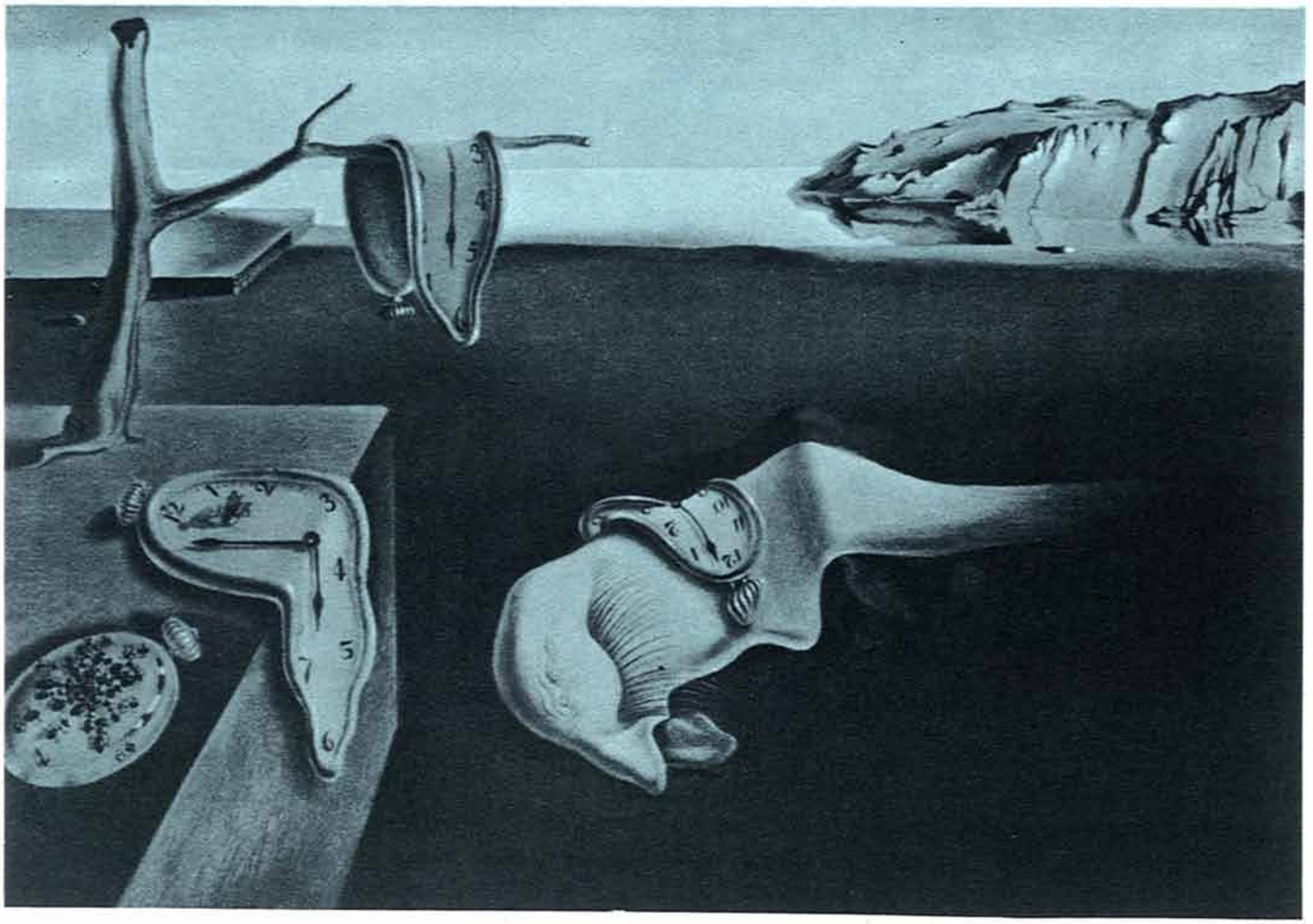
cido.

Como refere o crítico Alain Jouffroy: «Já não se trata da razão humana considerada como centro espiritual do universo, nem da consciência humana em torno da qual o mundo se organizava, trata-se sim do desconhecido.»

«Até ao surrealismo o homem viveu no sistema de valores em que o conhecido constituia a base e o cume de um edifício formidável (...) agora é toda a arte que mergulha na exploração da noite.»

Apollinaire é, por essa época, o novo gênio da poesia e o propulsionador literário das novas ideias.

A pintura metafísica (ver n.º 14 da «Revista da Armada») viera transfigurar a realidade, desumanizando-a. Cada tela é uma interrogação e uma angústia. Como diz «De Chrico», pintor metafísico – «O que é preciso, sobretudo, é desembaraçar a arte de tudo o que ela tem de conhecido até ao presente(...). A obra profunda será aurida pelo artista nas mais recuadas profundezas do ser.»



Persistência da memória de Salvador Dali.

Auto-retrato mole com presunto grelhado de Salvador Dali.

Através de toda esta problemática da arte, mas sem se enfeudar a nenhuma corrente (inclusive o Surrealismo) passa Mac Chagall como astro errante, com o seu cortejo de objectos que voam, como se não existisse a gravidade. Num espaço sem lógica, tanto voam os peixes como os cavalos, os pares de namorados (anjos?) como os relógios, por vezes levados no turbilhão do vento.

O surrealismo fora realmente preparado ao longo dos tempos mas só ele iria dar o passo definitivo, abandonando todo e qualquer modelo exterior para se basear apenas no psiquismo do artista.

Desfila então uma série de grandes artistas, dos quais se destacam: André Masson, francês (n. 1896), com a sua pintura e os seus desenhos automáticos; Yves Tanguy, americano, (1900-1955) com as suas telas amplas e atmosféricas onde parece germinar um poético mundo celular; Jean Harp, francês, (1887-1966) com os seus quadros em madeira em relevo; René Magritte, belga (1898-1967) com as suas telas de grande austeridade e minuciosas na descrição dos objectos, e onde a escultura é por vezes motivo numa procura sistemática da surpresa; Pierre Roy, francês (1880-1950) com as suas enormes conchas em praias enigmáticas; Joan Miró, espanhol (n. 1893) com os seus símbolos e a sua ordenação infantil do espaço; Max Ernst, francês (n. 1891) com as suas construções imaginárias de raiz DADA e por último o grande paranóico do surrealismo – Salvador Dali, espanhol (n. 1904), sempre fiel ao movimento, universalizando-o mais que qualquer outro. Salvador Dali, com o seu universo freudiano, encarna, pela sua vida, tão penetrada da sua arte, a natureza mesma do Surrealismo. 50 anos volvidos ele representa uma permanência que é uma afirmação de juventude.

O. Lemos
Cap.-frag.

Medalhas Comemorativas dos "60 Anos de Aviação Militar Portuguesa"

O Núcleo Medalhístico de Lisboa – MEDAGLIS começou a emitir uma série de medalhas em comemoração do 60.º aniversário da Aviação Militar, de que o capitão-de-fragata Sacadura Cabral foi um dos pioneiros e, quiçá, o seu maior herói.

A colecção que se compõe de 24 medalhas, divididas em duas partes de 12 cada, com a emissão de uma por mês, tem como escultor A. Cândido e como gravador Fernando Pires; as medalhas serão gravadas em bronze – módulo 80 m/m – (350 exemplares) e em prata – módulo 80 m/m – (20 exemplares), são postas à venda a 300$00 e 2.000$00 por exemplar, respectivamente.

Nas fotos pode-se observar o anverso e o reverso da primeira medalha da I parte, que se reporta ao 1.º avião militar português – um «DEPERDUSSIN TIPO B», que foi oferecido pelo tenente-coronel brasileiro Albino Costa ao Governo Português, em 1912.

As inscrições para a aquisição da colecção podem ser feitas para a MEDAGLIS – Rua do Benformoso, 136 – Lisboa.

Voz da Abita

FALANDO DE VENCIMENTOS..

«(...) As pessoas têm de corrigir muitas ideias erradas e, de pensar duas vezes, pelo menos, antes de fazerem certas afirmações descabidas e injustas. (...)

«Veja esta agenda e o que nela tenho anotado: – no mês de Janeiro, estive catorze dias em casa; em Fevereiro, também só catorze dias; em Março corrente, até agora, apenas cinco dias. Creio que isto é concludente e obriga a reconhecer que os futebolistas têm de ser pagos de uma forma especial. Condenados às nossas ausências prolongadas, as nossas mulheres e os nossos filhos têm de ter outras compensações. E, dentro desta linha de pensamento, muito lógica e muito certa, em vez dos habituais vinte dias de férias, até deveríamos ter mês e meios, que não seria demais. (...)»

São palavras proferidas pelo futebolista profissional internacional Artur em entrevista concedida ao jornal «A Bola», em 22 de Março passado, como justificativas dos altos proventos auferidos pelos futebolistas do seu valor.

Talvez o popular jogador tenha razão mas, as suas afirmações fizeram-nos pensar quanto, na mesma «linha de pensamento», deveriam ganhar aqueles que, em actividade profissional, se ausentam dos seus lares e dos seus familiares durante alguns anos, como nós os da Marinha de Guerra.

Podemos apresentar um caso concreto, dos muitos que são vulgares na nossa Armada. Em comissão de serviço numa fragata estivemos afastados do lar e dos familiares de 20 de Dezembro de 1968 a 20 de Dezembro de 1970 – 730 dias entre a saída e a entrada no Tejo. Nestes dois anos navegámos 84 000 milhas em mais de 6000 horas, durante os quais visitámos 32 portos, espalhados por três continentes e quatro oceanos. Estivemos em operações de guerra em Moçambique e em Angola; em Macau e Timor, em visitas de soberania; e em Sydney e Brisbane em visita oficial. Visitámos Hong-Kong, Darwin e Fremantle para reabastecer e Durban para docar. Estivemos também em S. Tomé e em S. Vicente de Cabo Verde por motivo da visita do Chefe do Estado àquele território.

Dentro do período de navegação houve uma tirada (Porto Amélia/Hong-Kong), em que para fazer 6000 milhas apenas vimos céu, mar... e poucos navios e algumas ilhas, observadas de longe, durante 17 dias! O que aliás nada tem de especial para qualquer marinheiro, pois até já fizemos uma tirada de 36 dias, sem avistar terra ou navio...

Quanto teríamos ganho nestes dois anos de ausência do lar? Certamente não chegámos a três meses de vencimentos – luvas e prémios incluídos – de qualquer futebolista profissional da categoria de um Artur daquela época! Consultando os boletins de vencimentos de um 1.º-sargento, referentes à comissão mencionada, verificámos que recebeu de vencimentos líquidos – subsídios de embarque e de campanha incluídos – (24 meses) a quantia de 139 955$00. De citar que teve de pagar a sua alimentação, excepto nuns sete meses de campanha, o que certamente não acontece com os futebolistas profissionais quando ausentes do lar por motivo da sua actividade.

Queremos esclarecer que não nos move qualquer animosidade contra aquele ou qualquer outro jogador profissional de futebol, pois até gostamos do Artur e do futebol.

Isto é apenas um desabafo de um dos tradicionais «miséria dourada»...

M. Horta
Sarg.-aj. L

Do nosso assinante e ex-mar. FZ n.º 1307/70, Licino Afonso Girão, recebemos uma carta de que transcrevemos:

«Cacém, 8 de Março de 1975.

«Primeiro que tudo vou-me apresentar. Sou o ex-mar. FZ n.º 1307/70. Há três meses que deixei de servir a nossa tão querida Armada, onde vivi 55 meses de bons e maus bocados que hoje recordo com saudade (...).

«Pertenci à Companhia n.º 3 de Fuzileiros que esteve em serviço de campanha em Angola nos anos de 1972-74, em Vila Nova da Armada – nas «Terras do fim do Mundo». Ali permaneci dois anos, como se minha terra fosse, trabalhando, educando, construindo e lutando (...).

«Todos desejávamos o fim do mês, primeiro porque era um a menos e depois para termos mais um número da nossa tão querida e sempre desejada «Revista da Armada». Assim que ela aparecia eu era dos primeiros a pedi-la, para a poder ler do princípio ao fim. Logo que acabava a dum mês, imediatamente desejava que outro acabasse para voltar a ter mais uma... Ela tem sido de todos nós Marinheiros mas também do Povo que tanto gosta de a ler.

«(...) Por agora penso ter dito tudo. Talvez algum dia volte a escrever sobre a Revista de todos nós, Marinheiros.

«Por cá fico aguardando como sempre que mais um mês se passe para que depressa volte a recebê-la. Apesar de já estar na vida civil ela me fará lembrar os bons tempos que passei na Marinha. Pois se «recordar é viver», só ela virá matar saudades dos cinco anos que na Armada passei. Sem mais, desejo para V. Ex.ª e para toda a equipa da «Revista da Armada» os melhores êxitos. Com respeitosos cumprimentos (...).»

Do nosso assinante e ex-cabo S Albano Alves de Araújo, de Celorico de Basto, recebemos uma carta de que transcrevemos:

«Lameira, 26 de Março de 1975.
«(...) Agradeço a atenção de V. Ex.ª pela iniciativa de me renovar a assinatura, dado que realmente não queria deixar de receber a Revista, pois nesta esquecida aldeia serrana, onde passo os dias agarrado ao arado, é a única forma de matar saudades e de saber o que se passa na Armada, que servi durante nove anos e onde, como todos, passei bons e maus bocados.»

Saibam Todos

Que por delegação do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas foi aprovada pelo general adjunto do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas a seguinte tabela de limites de empréstimos normais a conceder pela Caixa Económica das Forças Armadas aos militares e aos funcionários civis:

MILITARES		CIVIS	
Postos	*Limite*	*Vencimento*	*Limite*
Of. General	80 000$00	—	—
Of. Superior	60 000$00	Acima de 11 400$00	60 000$00
Capitão	50 000$00	De 8 001$00 a 11 400$00	50 000$00
Of. Subalterno	40 000$00	De 6 001$00 a 8 000$00	40 000$00
Sargento	30 000$00	De 4 401$00 a 6 000$00	30 000$00
Furriel	20 000$00	Até 4 400$00	20 000$00
Praça	10 000$00 a 20 000$00	—	—

Que as condições para a concessão destes empréstimos são as seguintes:
– Prazo de amortização: até ao máximo de 36 prestações mensais.
– Prémio de risco: 0,75% sobre o capital emprestado.
– Juros: 4,5% ao ano.

Que nos Serviços Sociais das Forças Armadas (S.S.F.A.) estão abertas as inscrições para a frequência, por parte de crianças filhas de beneficiários destes Serviços, de idade superior a 6 anos e inferior a 14 (feitos até 18 de Junho de 1975), durante o verão do corrente ano, das colónias de férias abaixo mencionadas.

Que as colónias de férias se destinam:

a) Colónia de Buarcos:
– a crianças filhas de beneficiários residentes nas áreas das regiões militares do Porto e Coimbra;
b) Colónia do Forte de S. João das Maias (St.º Amaro de Oeiras);
– a crianças filhas de beneficiários residentes nas áreas das regiões militares de Tomar, Lisboa e Évora.

Que aquelas colónias de férias funcionam com os seguintes turnos:
– 1.º turno – 19 Jun. a 8 Jul. (Rapazes);
– 2.º turno – 10 Jul. a 29 Jul. (Raparigas);
– 3.º turno – 31 Jul. a 19 Ago. (Rapazes);
– 4.º turno – 21 Ago. a 9 Set. (Raparigas);
– 5.º turno – 11 Set. a 30 Set. (Rapazes).

Que para a respectiva inscrição se torna necessário o preenchimento de um boletim mod. IV/EC (um por cada filho), o qual deverá ser enviado directamente para:
a) Referente à colónia de férias de Buarcos:
– Delegado dos S.S.F.A. na Região Militar de Coimbra, Quartel da Sofia – Coimbra;
b) Referente à colónia de férias de S. João das Maias:
– 3.ª repartição dos S.S.F.A., Rua Pedro Nunes, 8 – Lisboa 1.

Que os boletins de inscrição deverão estar em poder das entidades indicadas no número anterior até:
– 4 de Junho, para os 1.º e 2.º turnos;
– 17 de Julho, para os 3.º, 4.º e 5.º turnos.

Conversa e da «NAU de

Antes do mais, devo esclarecer o leitor que, na Marinha, se dá o nome de «Nau de Pedra» ao edifício do Ministério. E é curioso notar que o povo continua a chamar-lhe «Arsenal da Marinha», apesar deste ter mudado para o Alfeite há muitos anos.

O nome de «Nau de Pedra» é muito antigo, provavelmente do tempo em que havia realmente naus na nossa Armada. Com efeito, quando estas desapareceram dos mares – a última foi a «Vasco da Gama» em 1873 – já o Ministério funcionava no actual edifício.

E porquê «Nau de Pedra»? Claro que o nome foi concebido com um sentido pejorativo. Quando se diz que fulano é um marinheiro da «Nau de Pedra», é o mesmo que dizer que ele foge do mar, que prefere a terra, que é, como se costuma dizer, «um marinheiro de água doce!».

A «Nau de Pedra» é assim um navio que não dá balanço, que não encalha, que não vai a pique... enfim, um navio ideal!

E já que este velho casarão pombalino tão cheio de tradições, voltado para o Tejo e entalado entre a Avenida da Ribeira das Naus e a Rua do Arsenal, foi «promovido» a navio, iremos considerá-lo como tal e ver como vai navegando, umas vezes em mar de bonança, outras em mar de tormenta, mas sempre rumo a uma Armada melhor.

Iremos meter o nariz em tudo, desde os entrefundos à ponte do comando, tal como fazem os imediatos a bordo. Nada escapará à nossa minuciosa revista...

Por onde havemos de começar? A Nau é tão grande... Depois de muitas hesitações, resolvemos começar por onde começa tudo, a alimentação. Sem comida não há Nau que ande...

Existem três cozinhas, uma para oficiais, outra para sargentos e a terceira para praças, todas situadas «à linha de água».

Antigamente o barulho das conversas era tal que ninguém se entendia... Forrar as paredes com embalagens dos ovos foi uma ideia genial para abafar os ruídos...

A comida é igual para toda a gente, mas o sistema de servir é diferente – «self service» no refeitório das praças e à mesa nas messes de oficiais e de sargentos. Nas messes comem também muitos funcionários civis que, ao contrário dos militares, pagam as refeições, embora a preço moderado. Está previsto para breve o sistema de «self service» para oficiais, sargentos, praças e civis.

A presença dos civis, em especial das senhoras, tira às messes o ar marcial que lhes dão os galões e as divisas, tornando o ambiente mais acolhedor. Os oficiais generais, que comem também a mesma comida, são servidos numa messe separada, e como não há funcionários civis com categoria equivalente... comem sozinhos.

E agora vamos lá começar a nossa revista.

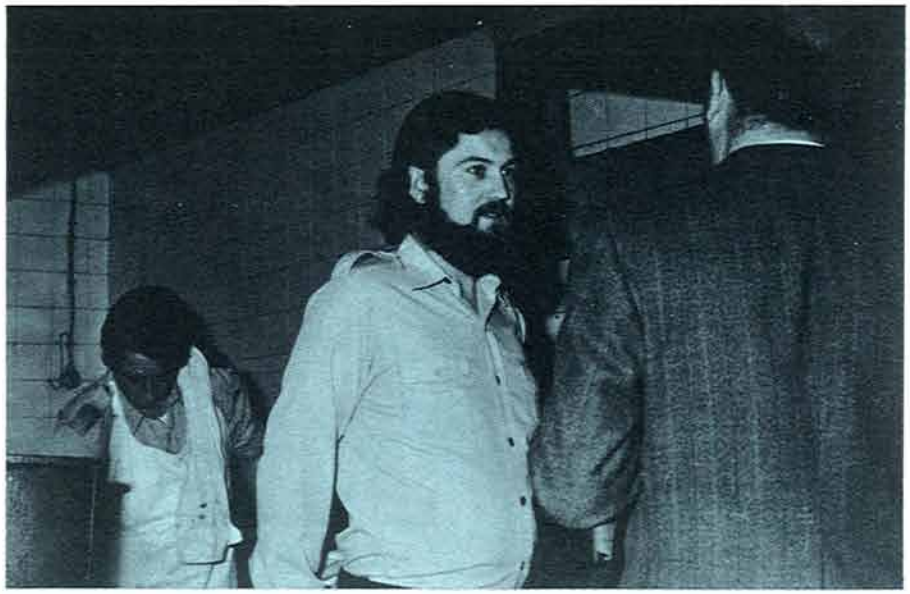
– Sou o 2.º-sarg. TF Cunha, encarregado do rancho. Fui grumete, fiz o curso de electricista e depois ingressei na taifa. Tenho duas comissões em África e uma na Índia. Gosto mais da vida em terra, o mar puxa do peito...

ntre Marinheiros...

PEDRA»

Texto do com. M. do Vale
Fotos do 2.º-sarg. CM R. Magalhães

– Eu sou o cabo THF Ferreira, chefe da cozinha dos oficiais. Já era cozinheiro na vida civil, antes de vir para a Armada, em 1964. Andei embarcado quase 5 anos e não gostei, porque enjoava muito. Não há nada que chegue à terra...
Desta cozinha saem mais de 550 almoços por dia e uns 30 jantares.



– Sou o grumete A RM Luís Pereira. Estou a fazer 18 meses de serviço militar para poder regressar à Marinha Mercante. Gosto muito disto mas, estou ansioso por acabar o tempo. Lá, tenho outras regalias e trabalho menos. Basta dizer que estou a receber 250$00 por mês quando lá tenho 12 contos!
Mas, mesmo assim, pode crer, que vou de cá a dizer bem da Marinha. É «malta» fixe...

– Não se recorda de mim? Fui cozinheiro a bordo do «Zarco», sob o seu comando, na viagem de regresso do Extremo Oriente. Sou o cabo THF Antunes. Não sei se se lembra que eu fui embarcar a Timor. Se soubesse o que passei para lá chegar!
Fui num «Pan América» até Banguecoque e ia lá ficando porque ninguém me entendia. Tiveram que chamar gente do nosso consulado para saber o que eu queria... Lá segui num «Transcontinental» até Darwin e dali para Timor, onde fiquei um mês à espera que o «Zarco» chegasse de Macau... Enfim, tudo acabou em bem. Um marujo safa-se sempre!

– Sou o cabo TFD Nunes, encarregado da messe dos sargentos. Estou na Armada há 25 anos e sou o despenseiro com mais embarque. Só longas comissões no Ultramar tenho 9! Passei de padeiro a despenseiro.

Apesar de andar tantos anos a bordo, sou dos que gostam mais da terra. Nenhum homem foi feito para andar no mar!

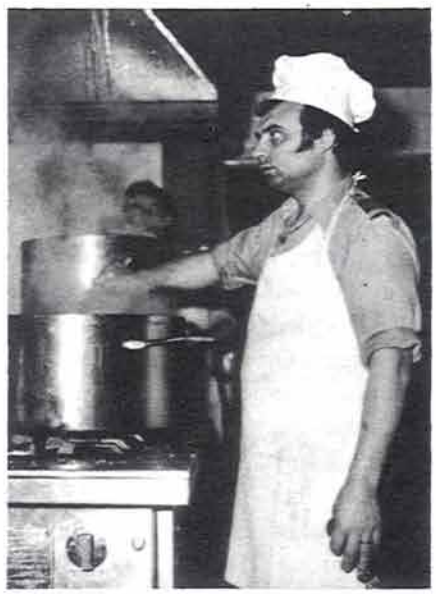
Uma vez, cheguei duma comissão de 2 anos e, no próprio dia da chegada, zarpei noutro navio. Nem me deram tempo de ver a família!

Esta messe serve, em média, 220 almoços e 20 jantares por dia, e para isso tenho 3 cozinheiros – 2 do Activo e 1 da «velha guarda» –, 3 marinheiros TFD, 2 faxinas e 2 impedidos.

– O da «velha guarda» sou eu, Bandeira, cozinheiro da Reserva. Tenho 65 anos e estou cá a actualizar a pensão que é antiga e muito pequena. Servi na Armada durante 36 anos sem um único castigo. Para isso foi preciso muito juizinho! O meu primeiro navio foi o cruzador «Vasco da Gama». Era grumete. Nesse tempo é que era disciplina... como não havia ainda ferros eléctricos até engomava as calças com uma cafeteira de água a ferver! Não, que quem não estivesse em condições não ia de licença...

– Se gosto da Marinha? Tanto, que se voltasse aos meus 18 anos vinha para cá outra vez!

– Sou o Pinto, grumete C, faxina da cozinha. Fui recrutado, gosto disto mas, vou-me embora logo que acabe o tempo. Preciso de ganhar dinheiro. Levo um grande desgosto comigo, o de nunca ter embarcado! E eu que tanto queria ver outras terras...



– Sou o cabo TFH Leonel. Acho que devia ganhar mais que os cabos das outras especialidades porque trabalho mais; chego a fazer 12 horas num dia!

Ganho 5 contos e tenho quem me dê 12 lá fora. Mas como já tenho muitos anos de serviço, fico.

– Sou o Agostinho, cabo TFD, chefe da cozinha e do refeitório das praças. Para me ajudar a fazer e a servir 500/550 almoços e cerca de 350 jantares por dia disponho de 4 cozinheiros, 3 faxinas e 4 mulheres para limpeza. É pouco..: Só no almoço as mulheres lavam uma média de 2500 peças de louça!

– Sou o mar. FZE Polainas e estou na bicha para o almoço. Sou do Alto Alentejo e vou ficar na Armada mais uns anos. A vida lá fora está má... Além de que gosto disto. Faço plantões à porta do Ministério do lado do Terreiro do Paço.

– Sou o grumete C Simões, tenho 3 anos de Marinha e nunca embarquei! E pelos vistos estou a ver que já não embarco, o que é um grande desgosto... Cada vez que dou à bomba saem 2 decilitros... Ao todo mais de 200 litros por dia! Gosto deste serviço e mais gostaria se o vinho fosse bom. A malta diz que é uma zurrapa, mas mesmo assim é melhor do que a água...

– Sou o Armando de Almeida. Há quem me chame a «mascote do Ministério» e há quem me chame «o comodoro». Tenho 66 anos. Estou a comer o meu bacalhau cozido «com todos». Desde que estou na Armada já comi toneladas dele!

– Também sou veterano e estou a actualizar a pensão... Entrei para a Armada em 1930 e naveguei muito... Até andei na «guerra da Madeira» e fui no «Bartolomeu Dias» a Inglaterra à coroação de Jorge VI, pai da actual rainha Isabel.

Tenho muitas saudades da vida de bordo e tenho muito que contar...

E pronto, damos aqui «volta» a esta revista. Por este lado vai tudo bem e a «Nau de Pedra» pode navegar tranquilamente.

Filatelia

NOVOS SELOS PORTUGUESES

Os CTT puseram em circulação no passado dia 21 de Março a primeira série de selos do corrente ano e iniciaram-no com rara felicidade, já que o fizeram com uma emissão integrada na Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico, assunto da maior actualidade.

Desenhado pelo consagrado artista João Abel Manta, o motivo, comum aos três selos que completam a série, apresenta-se pleno de expressão e significado, inserindo-se com relevância na intensificação sã e autêntica da união que existe entre o MFA e o Povo deste País. Estamos efectivamente perante uma série em que todos os seus elementos se conjugam para enobrecer a fitatelia, veículo de verdadeiro valor e potencial ao serviço de uma causa certa e justa.

Merece-nos ainda uma referência de muito agrado os desenhos que ornamentam o F.D.C. e os carimbos comemorativos do 1.º dia de circulação, na realidade magníficos.

Para melhor se expressar o autêntico e valioso significado da emissão, permitimo-nos transcrever, com a vénia que lhe é devida, as palavras escritas pelo primeiro-tenente MN Ramiro Correia para a pagela que anunciou a emissão:

um dia dei por mim a chorar
e o meu avô que é marinheiro
e morreu agarrando o Sol com as duas mãos
atravessou o riacho
e com o seu sorriso de búzio e maio
atirou-me um cacho de uvas

foi assim

o povo português sofreu, durante dezenas de anos, a maior miséria, arrastando-se numa vida degradada, vendo os seus melhores filhos perseguidos, torturados, assassinados

o povo português chorou, durante dezenas de anos, os seus homens mais válidos forçados a abandonar a sua terra, a família, os amigos, para procurar noutros países a comida, a habitação, a educação dos filhos

o povo português viu, durante uma dezena de longos anos, esses filhos partirem para uma guerra em África, muitos não regressando, muitos regressando diminuídos, todos profundamente perturbados com o que viam nas zonas de guerra

e o povo português viveu as palavras Povo, Pátria, Honra, Soldado, mentidas diariamente por governantes que não tinha escolhido

em 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas, na continuação de uma longa e trágica luta dos povos português e africano pela liberdade, derruba o fascismo em Portugal, inicia com viril fraternidade a descolonização dos povos oprimidos, e mobiliza os portugueses para a construção de uma sociedade de suor e justiça

e surge a Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento cívico do MFA

«procuraremos revitalizar tudo o que o fascismo perseguiu e degradou, procuraremos ir a todos os lugares, levar a nossa voz e as ferramentas que permitiam interessar todos os portugueses na construção do País»

MFA / POVO, o futuro acêso nas mãos

MARCO DO CORREIO

Ao iniciarmos esta rubrica não queremos deixar de registar o acolhimento que lhe foi dispensado por muitos dos nossos habituais leitores, o que fazemos com satisfação.

RESPONDENDO:

«A Medicina e os Selos»: Trata-se com efeito de um aliciante e muito desenvolvido tema, com muitos coleccionadores nele interessados. Esta colecção temática está, como se impõe, distribuída por diversos capítulos, como: «Médicos» (anatomistas, bactereologistas, cirurgiões e de outras especialidades), «Luta contra doenças» (paludismo, cancro, lepra, etc.), «Medicina espacial», «Hospitais», «Flora medicinal», «Congressos médicos», etc. Sobre o assunto está publicado um completo trabalho, «La Medicina en la Filatelia», editado em Barcelona.

TROCAS FILATÉLICAS:

Com principiantes, desejam trocar selos portugueses:
José António C. A. Redondo
Rua D. Francisco Xavier de Noronha, 31, 1.º-E – Almada.

Costa e Oliveira
Rua Vasco da Gama, 22
Algueirão.

G. Brandão
2.º-ten. SG

UMA APARIÇÃO NO MAR

Inúmeras são as histórias, as lendas e as superstições ligadas ao mar. Ainda que tais crendices se venham perdendo, e no caso de Portugal creio mesmo já não haver qualquer tradição marinheira ligada ao sobrenatural, o facto é que continuam a acontecer alguns casos intrigantes que carecem de explicação. E foi lendo o livro do investigador inglês Raymond L. Brown, «Fantasmas, lendas costumes e superstições do mar» que deparei com a seguinte narração que, pelo que tem de insólito, não resisto a traduzir.

«Qualquer pessoa razoável pensaria que, sem excepção, há uma explicação racional para os acontecimentos estranhos no mar, mas, quando algo acontece, a razão vacila. John S. Schultz de Boston, Massachussetts, e família, não têm dúvidas acerca dos fantasmas que viram quando navegavam, em férias, a bordo do seu iate «Yorktown Clipper».

«Durante o Verão de 1967, a família Schultz passou as suas férias explorando a costa da Nova Inglaterra de Montauk Point, Long Island a Mystic, Connecticut. Uma manhã muito cedo, quando na viagem de regresso, ao fazer a volta de 200 milhas por fora de Georges Bank, viram um submarino emergir perto da sua amura de estibordo.

«Apesar de o mar estar grosso e estarem a apanhar na cara muita surriada da proa, a família Schultz viu claramente o nome «THRESHER» no costado do submarino. Contudo, John S. Schultz, reconheceu-o como um submarino americano e viu que tinha um enorme rombo na linha de água. Ficou espantado por o submarino flutuar com tal rombo, mas apesar disso, não mencionou o facto à família, que se encontrava no convés.

«Pouco depois, para seu completo espanto e não menor receio, o submarino elevou-se no ar talvez meio metro e de repente mergulhou no mar cavado.

«Mais estranho ainda é que, entretanto, o patrão e tripulação do «Yorktown Clipper» eram observados pelo óculo de um homem vestido com o uniforme da marinha dos E.U.A. na torre do submarino e por um outro à proa. Nenhum dos homens tentou entrar para o interior do submarino quando este se elevou e mantiveram as suas posições quando este mergulhou, como se fossem carrancas ornamentais.

«Escusado será dizer que a família Schultz ficou enormemente perturbada pelo que vira, apesar de ser crepúsculo e da surriada; cinco pessoas ao todo, dois adultos e três crianças tinham visto a mesma estranha aparição.

«Concordaram todos que seria melhor não dizerem nada acerca da sua experiência, pois pensaram que ninguém os acreditaria, mas, mais tarde, John S. Schultz decidiu fazer uma discreta investigação entre os registos da Associação Histórica Marítima e descobriu de facto, que tinha havido um submarino americano chamado «Thresher».

«O submarino da marinha americana «Thresher» fora um navio de 4300 toneladas, quando submerso, lançado à água em 9 de Julho de 1960 e era um protótipo de submarino nuclear de ataque, dando o nome à classe. O seu reactor alimentava uma turbina a vapor de 15 000 H.P., permitindo um raio de acção de 60 000 milhas sem reabastecimento. A velocidade à superfície era de 20 nós e submerso de 35 nós. Os lemes de profundidade não estavam montados no casco mas sim na torre, que se situava mais para vante da posição habitual. Depois de cerca de um ano de serviço o «Thresher» entrou nos estaleiros navais de Portsmouth para modificações e fez-se ao mar em 9 de Abril de 1963 para experiências de mergulho a grande profundidade.

Apesar de a sua guarnição normal ser de 95 homens, tinha a bordo 129 pessoas, dos quais 17 eram técnicos civis.

«Durante esta viagem o «Thresher» era acompanhado pelo navio de apoio a submarinos «Skylark», com quem estava em contacto constante por telefone submarino. Em 10 de Abril de 1963, às 09.12, o «Thresher» comunicou que se encontrava perto da profundidade de prova de mergulho. Esta comunicação era de rotina e portanto considerada como «tudo normal».

«Um minuto ou dois mais tarde recebeu-se uma comunicação entrecortada: «súbita... tentamos soprar... tanques de lastro». Esta curiosa mensagem foi seguida pelo som do ar a alta pressão soprando a água dos tanques de lastro. Às 09.17 recebia-se outra mensagem no «Skylark» mas era demasiado desconexa para ser compreendida; esta mensagem era ainda distorcida por ruídos de destruição. A posição do «Thresher» nesse momento era perto do local em que o «Yorktown Clipper» se encontrava quando da visão fantasmagórica. A posição era de cerca de 220 milhas a leste do Cabo Cod, onde a profundidade é de cerca de 1400 braças. A pressão a esta profundidade deve ter sido suficiente para destruir o submarino por esmagamento. Oficialmente a causa do desastre do «Thresher» continua a ser mistério.

«Viu realmente a família Schultz o «Thresher» cerca de quatro anos depois da sua destruição? Quer fosse o «Thresher» ou não, aquela família ficará com um saudável respeito pelos fantasmas do mar para o resto da sua vida!».

Ferreira Barbosa
1.º-tenente

Reportagem

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA ESTEVE PRESENTE NO PLENÁRIO GERAL DE SARGENTOS DA ARMADA

Aproveitando o intervalo para almoço da reunião do Conselho dos Vinte, que se realizou no dia 8 de Março e que se prolongaria das 10 às 22 horas, o chefe do Estado-Maior da Armada não quis deixar de levar pessoalmente a mensagem da sua confiança na classe de sargentos da Armada que nessa manhã tivera o seu Plenário Geral e que da parte da tarde assistiu a uma sessão de esclarecimento político.

O vice-almirante Pinheiro Azevedo na sua saudação afirmou que se assistia a um acto histórico na Marinha de Guerra, porquanto seria pela primeira vez que a classe de sargentos da Armada se reuniu num plenário com a amplitude do que se realizara de manhã.

Na sessão de esclarecimento político, que foi presidida pelo capitão-de-fragata Oliveira e Lemos, director de Instrução da Escola Naval, tomaram parte o capitão-de-fragata AN Freire Montez, director-geral da Informação, que esclareceu os sargentos presentes acerca do panorama actual da Informação no País; o segundo-tenente Cunha Lauret e o capitão-de-fragata ECN Martins Guerreiro, ambos do MFA, que analisaram o desenvolvimento político de antes do 25 de Abril ao momento presente.

Após a explanação de cada um dos pontos abordados, seguiram-se períodos de perguntas e respostas com elevado número de intervenções que suscitaram vivo e, por vezes, controverso diálogo.

Finalmente, o 1.º-sargento MQ Fernando Pinheiro apresentou uma moção da Comissão Representativa dos Sargentos da Armada, que foi aprovada por aclamação, dirigida ao CEMA, em que os «1848 sargentos da Armada reunidos no auditório da Escola Naval, em 8-3-75, expressam por este meio e solicitam a V. Ex.ª que faça saber às instâncias superiores do nosso País o seu inabalável desejo de integração efectiva nos órgãos do MFA e que a institucionalização deste é condição única para uma autêntica democracia política e económica do nosso Povo».

ELEITAS AS COMISSÕES DE INQUÉRITO E O CONSELHO DE RECLASSIFICAÇÃO DE SARGENTOS DA ARMADA

Para dar cumprimento ao exarado na Portaria n.º 108/75, de 18 de Fevereiro, reuniu no dia 8 de Março último, no auditório da Escola Naval, no Alfeite, o Plenário Geral de Sargentos da Armada para eleição dos membros das Comissões de Inquérito e do Conselho de Reclassificação de Sargentos da Armada, para dar andamento ao disposto no Decreto-Lei n.º 684/74, de 2 de Dezembro, que determina a reclassificação dos sargentos dos três ramos das Forças Armadas.

Os eleitos – que terão de ter os seus trabalhos concluídos 60 dias após a data da publicação da citada portaria – têm a confiança de cerca de 2000 sargentos presentes no plenário e dos que, por motivo de serviço, vo-

taram por correspondência, para elaborar as listas de reclassificação que vigorarão até ao fim do 1.º semestre do corrente ano.

ELEITOS OS PRIMEIROS CORPOS GERENTES DO CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

Aproveitando a realização do Plenário Geral de Sargentos efectuou-se,

também no dia 8 de Março, no mesmo local, a assembleia geral do Clube do Sargento da Armada para eleição dos seus primeiros Corpos Gerentes. Na sessão, a que estiveram presentes perto de 1500 associados, foram eleitos os seguintes elementos:

Assembleia Geral: presidente, sarg. aj. MQ Orlando Lourenço; vice-presidente, sarg.-aj. FZM Acácio da Conceição; secretários, 1.º-sarg. E Isaurindo Horta e 1.º-sarg. C Florentino de Sá; suplentes, 1.º-sarg. B Óscar Correia e 1.º-sarg. O Aníbal Romano.

Direcção: presidente, 1.º-sarg. MQ Artur Ribeiro; tesoureiro, 1.º-sarg. L Manuel Claro; secretários, 1.º-sarg. L Joaquim Duarte e Virgílio Fonseca; vogais, 1.º-sarg. AE José Martins e 1.º-sarg. MQ António Mendes; suplentes, 1.º-sarg. T Manuel Fróis e 1.º-sarg. FZ João Esteves.

Conselho Fiscal: presidente, sarg.-aj. L Manuel Horta; secretário, 1.º-sarg. L Ricardo Silva; relator, 1.º-sarg. T José Azevedo; suplentes, 1.º-sarg. MQ Orlando Ferreira e 1.º-sarg. L Diamantino Alves.

O RECRUTAMENTO DE 1938 COMEMOROU O SEU 37.º ANIVERSÁRIO

Pela 8.ª vez consecutiva, alguns dos alunos marinheiros da «Escola» de 1938 reuniram-se numa singela mas bem íntima confraternização que, como sempre, foi pretexto de evocação de saudosas recordações.

Mercê da gentileza e boa compreensão dos oficiais que superintendem nas respectivas unidades e serviços, pudemos fazer esta reunião na Base Naval de Lisboa (Alfeite) e realizar o almoço no refeitório da Direcção do Serviço de Abastecimento.

Além da própria Base Naval e da zona onde se encontra, que muitos de nós não víamos depois da nossa incorporação na Armada, há 37 anos, foi-nos dado visitar um moderno navio de guerra, motivo de muito agrado para todos.

O almoço, em que participaram 60 pessoasl (incluindo alguns familiares dos «velhos marujos» de 1938), decorreu na melhor cordialidade e na mais sã alegria.

A nossa «festa» terminou com o habi-

tual acto de variedades, em que se destacaram (aliás, como sempre...) o Mário e o Baltazar, e com algumas anedotas, mais ou menos picantes.

(Colaboração de Miguel – 7752)

CONSELHO SUPERIOR DA REVOLUÇÃO
– NOVO ÓRGÃO DO PODER

No passado dia 17 de Março decorreu em Belém a cerimónia da posse do Conselho da Revolução, órgão que vem substituir três anteriores órgãos de decisão – a Junta de Salvação Nacional, a Comissão Coordenadora do MFA e o Conselho dos Vinte.

Presidiu o Presidente da República tendo assistido o Primeiro-Ministro e diversos elementos do Governo Provisório.

O Conselho Superior da Revolução tem a seguinte constituição: *a*) Presidente da República; *b*) chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas; *c*) chefes de estados-maiores dos três ramos das Forças Armadas; *d*) comandante adjunto do COPCON; *e*) Comissão Coordenadora do Programa do MFA constituída por três elementos do Exército, dois da Armada e dois da Força Aérea; *f*) nove elementos, a designar pelo Movimento das Forças Armadas, sendo cinco do Exército, dois da Armada e dois da Força Aérea.

Do Conselho da Revolução fazem parte, também, todos os membros da Junta de Salvação Nacional, sendo o Primeiro-Ministro, se militar, também seu membro.

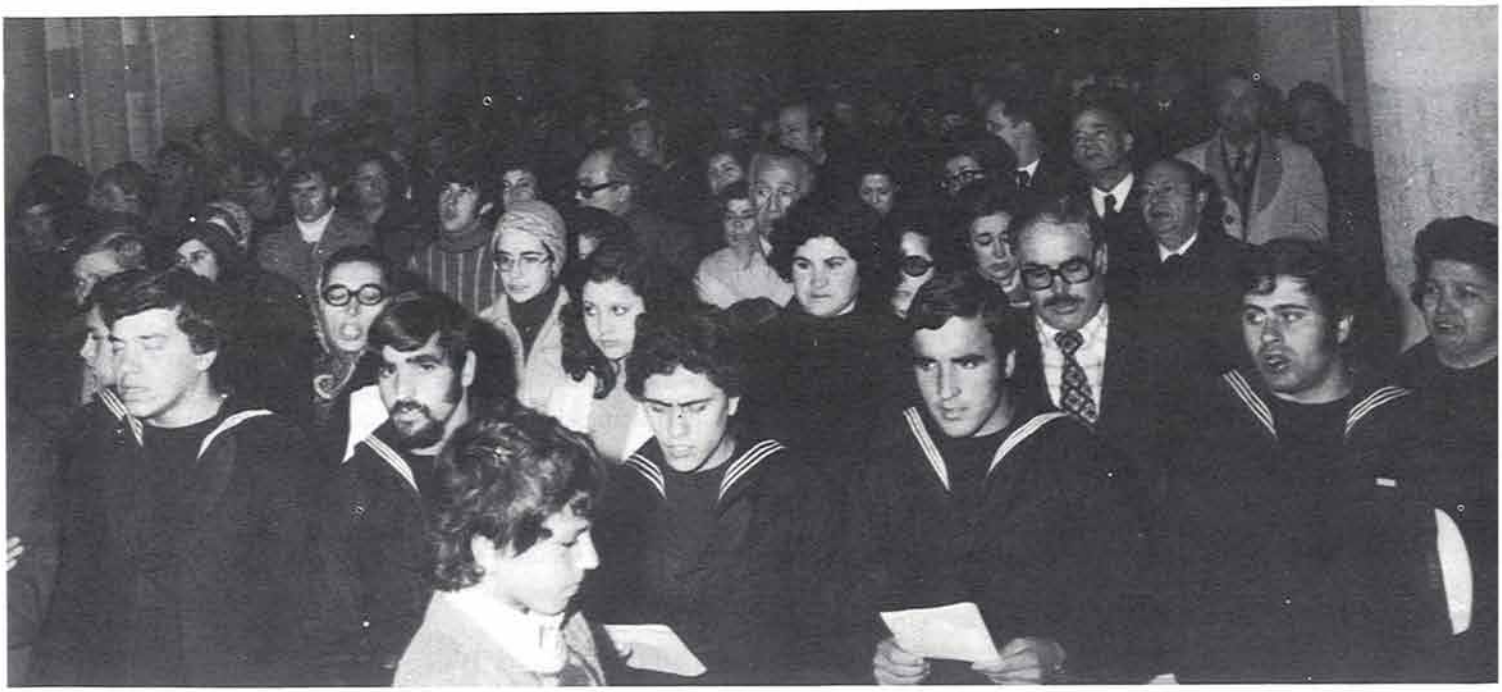
Da Armada estão presentes no Conselho Superior da Revolução seis elementos, vice-almirantes Pinheiro Azevedo e Rosa Coutinho, capitão-tenente Almada Contreiras, 1.º-tenente EMQ Manuel Judas, capitão-de-fragata ECN Martins Guerreiro e 1.º-tenente MN Ramiro Correia.

O contra-almirante Vítor Crespo, alto-comissário de Moçambique por fazer parte do anterior Conselho de Estado pertence igualmente ao Conselho de Revolução, embora não exercendo efectivamente as suas funções por impedimento no desempenho do cargo em que se encontra investido.

NOVA CORVETA PARA A ARMADA

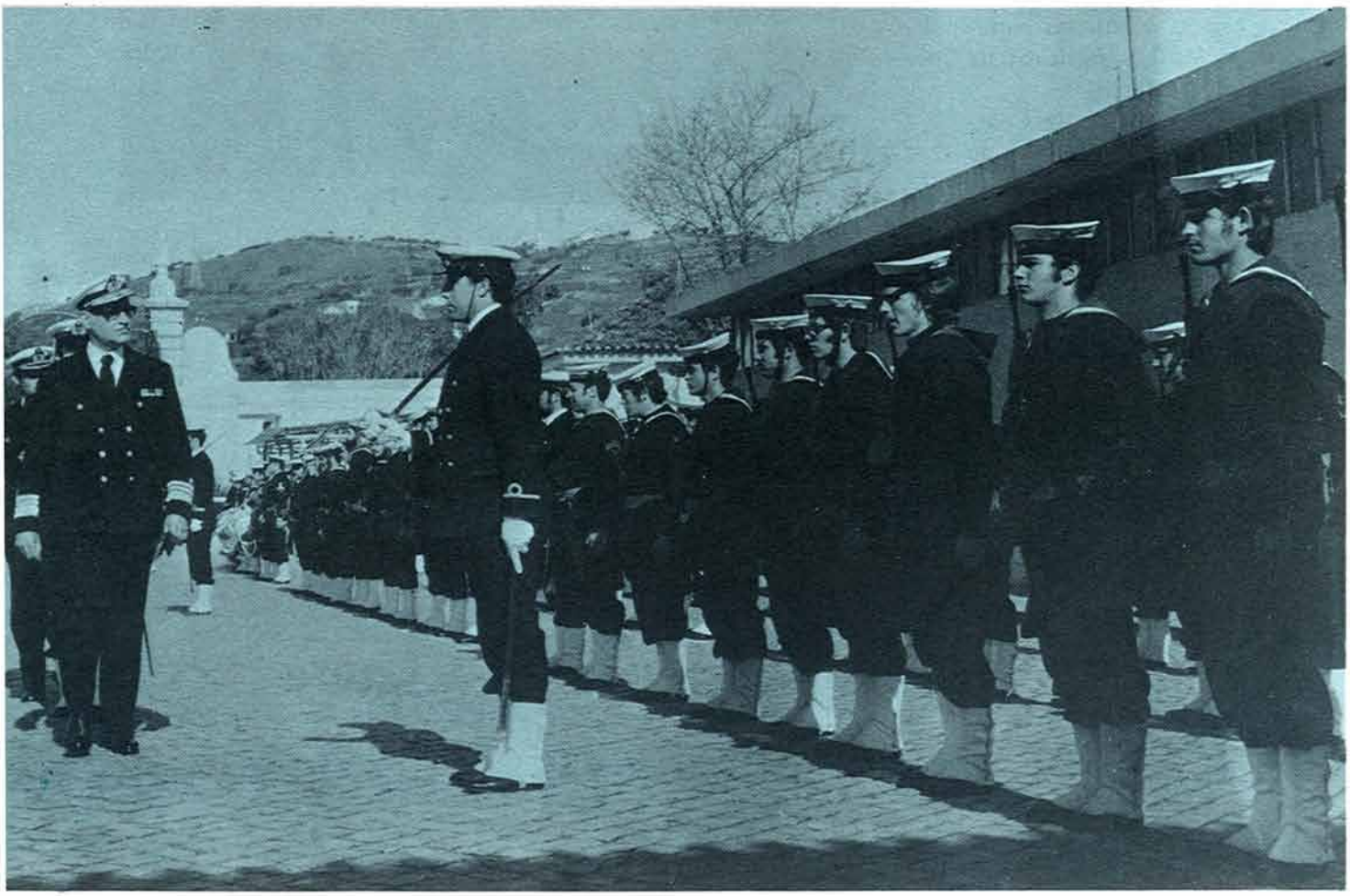
No dia 18 de Março, em Cartagena, teve lugar a cerimónia da entrega de uma nova corveta à Armada portuguesa, constituída nos estaleiros da Empresa Nacional Bazan.
Assistiram ao acto o director das Construções Navais, comodoro Rogério de Oliveira e o adido naval à Embaixada de Portugal capitão-de-mar-e-guerra Cunha e Freitas, bem como o capitão-general da Região Marítima do Mediterrâneo, almirante Yusti Pita e o governador civil da província de Múrcia, D. José Calvó-Rubio, além de outras entidades civis e militares.
A nova unidade, segunda de uma encomenda de quatro do Governo português, recebeu o nome de «João Roby», tendo assumido o seu comando o capitão-tenente Costa Pecorelli.

CELEBRAÇÃO PASCAL DA ARMADA



Mantendo-se a tradicional cerimónia da celebração Pascal da Armada, realizou-se esta no passado dia 18 de Março, pelas 21 horas, na Sé Patriarcal de Lisboa, tendo presidido à concelebração o capelão-chefe da Armada graduado em capitão-de-fragata João Soares Cabeçadas.
A Sé encheu-se totalmente de oficiais, cadetes, sargentos e praças, acompanhados muitos deles dos respectivos familiares.
O conjunto musical «Os Náuticos» teve à sua responsabilidade o acompanhamento musical dos cânticos litúrgicos.

JURAMENTO DE BANDEIRA NO GRUPO N.º 1 DE ESCOLAS DA ARMADA



Após 10 semanas de instrução, 860 praças da Armada que constituem a 1.ª incorporação do ano de 1975 prestaram o seu juramento de bandeira numa cerimónia que se realizou no dia 21 de Março passado, no Grupo n.º 1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira, a que presidiu o contra-almirante Braz Mimoso, superintendente dos Serviços do Pessoal.

Após a habitual exortação aos alunos, o 1.º-tenente RN Sousa Santos fez a leitura dos deveres militares e a fórmula do juramento que todos repetiram.

O acto, a que assistiram muitos familiares dos juramentados, terminou com a exibição dos alunos em exercícios de preparação física, manejo de armas e luta de ataque e defesa.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DO GOLPE CONTRA-REVOLUCIONÁRIO DE 11 DE MARÇO

Organizadas pelo Secretariado da Armada do MFA efectuaram-se nas diversas unidades e serviços do departamento da Marinha de Guerra sessões de esclarecimento acerca dos acontecimentos de 11 de Março.

Para o pessoal militar e civil dos serviços instalados no edifício do Ministério da Marinha foram feitas duas sessões, nos dias 24 e 25 de Março último.

O Secretariado da Armada do MFA fez distribuir um folheto onde, sucintamente, analisa o golpe militar abortado nos seus vários aspectos e as convenientes conclusões.

Nas duas sessões, em que estiveram presentes algumas centenas de oficiais, sargentos, praças e funcionários civis, entre os quais o vice-chefe do Estado-Maior da Armada, contra-almirante Marques Abrantes, falaram sobre a falhada intentona de 11 de Março o 1.º-tenente Paiva de Andrade, do Secretariado da Armada do MFA; o mar. L Luís Lourenço, da Comissão de Bem-Estar do CSDM; o 1.º-sarg. MQ Fernando Pinheiro, da Comissão Representativa dos Sargentos da Armada; o capitão-de-fragata ECN Martins Guerreiro, do Conselho Superior da Revolução; e o cabo S Geraldo Lourenço, da Comissão Dinamizadora do Associativismo das Praças, a que se seguiu um período de perguntas e respostas sobre os assuntos versados e outros.

Quarto de Folga

RECORDANDO...

A «Escola» de 1945 tinha passado a pronto. Em meados de Abril, grande número dos ex-recrutas, dos quais fazia parte, foram destacados da Escola de Alunos Marinheiros para o Corpo de Marinheiros da Armada. Nesta situação, as praças mais antigas esfregaram as mãos de contentes, porquanto já tinham quem lhes «facilitasse» o serviço de escala.

Como nós estávamos habituados ao «nosso» convívio, ficámos surpreendidos como o serviço se processava no Corpo. Uma das coisas que, pessoalmente, mais me surpreendeu foi a «Mariazinha» (nome por que era conhecida a prisão). Certo dia fui escalado para fazer um quarto de serviço à dita «Mariazinha», onde fui encontrar detido um bom lote de «malandrins», de fama naquele tempo, que haviam pertencido à célebre «RAF», entre eles o «Bacalhau», o «Mineiro», o «Grão», o «Strech», etc. Nesse dia, os presos recusaram o almoço por entenderem que não estava bom.

Era 2.º comandante do Corpo o então capitão-tenente Francisco Spínola que, acompanhado do Oficial de Serviço e do Cabo do Rancho, se dirigiu à «Mariazinha» a fim de apurar as razões da recusa. No diálogo travado, o comandante Spínola dirigiu-se ao Cabo do Rancho e disse-lhe:

– Então vocês na cozinha não arranjam um bacalhau e grão para dar a estes homens?

Entremete-se o «Mineiro», que era muito descarado:

– Como quer o senhor Comandante que nos dêem bacalhau e grão se ambos estão cá dentro...?!

Romão L. Borges
Ex-1.º gr. F

PASSATEMPO

R– – –
– – – I – –
– O– – –
– – – S– – – – – –

– D– –
– – – O

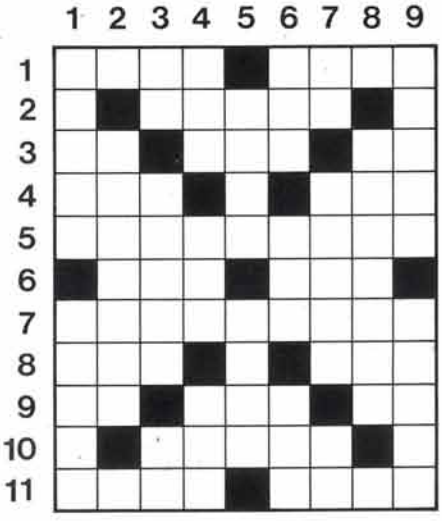
– M– – – – – –
– U– – – –
– – N– – –
D– – – – – –
– – – O

O leitor substituindo os traços por letras encontrará os nomes de alguns rios do Mundo.

SEASA
Cabo aux. RA

(Solução na pág. 34)

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 – Cama de marinheiro; estimula. 2 – Molusco acéfalo. 3 – Além; reze; letra grega. 4 – Nome feminino; camareira. 5 – Descomposturas. 6 – Navio; sim (francês ant.). 7 – Confunde. 8 – Mas; cont. prep. e art. (pl.). 9 – Letra grega; eiró; duas consoantes iguais. 10 – Metal branco precioso. 11 – Espaço; azáfama.

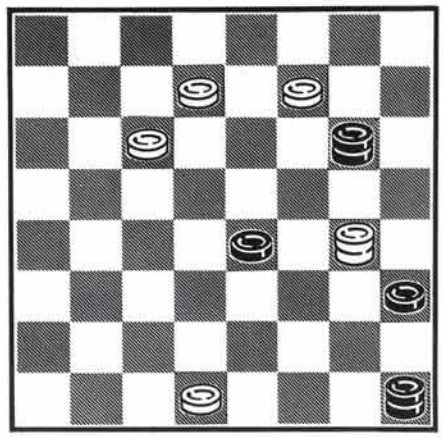
VERTICAIS: 1 – Mole; artéria que nasce no ventrículo esquerdo. 2 – Interiormente. 3 – Cobalto (s. q.); guarnecera de asas; base. 4 – Azo; ponta aguda; raiva. 5 – Três; monte. 8 – Decâmetro quadrado; hora de ofício divino; Base Aérea. 7 – Nota musical; protege; outra coisa. 8 – Parasitas. 9 – Despachas; queimar.

SEASA
Cabo aux. RA

(Solução na pág. 34)

DAMAS

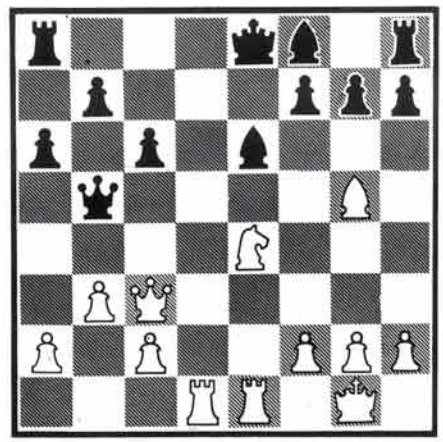
(Solução na pág. 34)



Jogam as brancas e ganham em quatro lances.

XADREZ

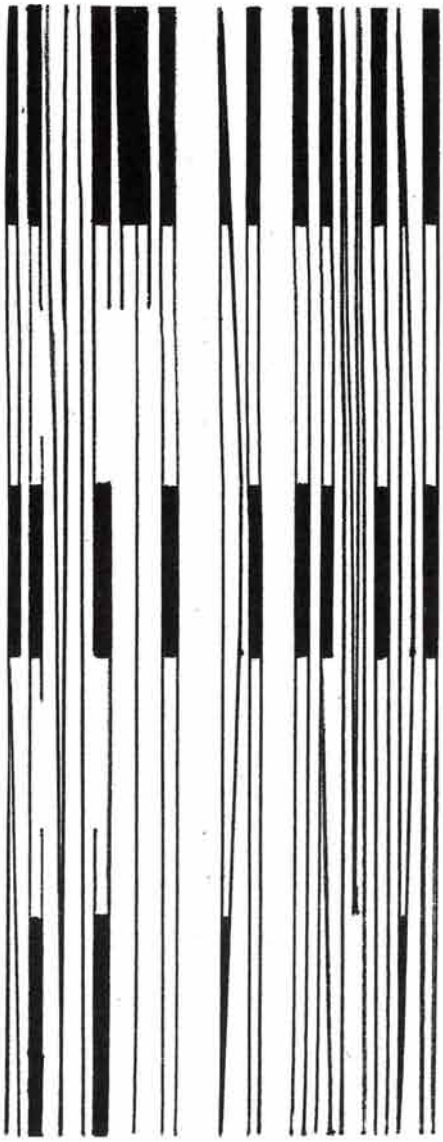
(Solução na pág. 34)



Jogam as brancas e ganham.

CONCURSO N.º 44

Sorteio de um prémio entre as respostas certas.



Ainda que pareça incrível o desenho junto transforma-se em letras visto de certo ângulo (melhor com um olho fechado). Veja se descobre o que está escrito, diga-nos, e ficará habilitado ao prémio respectivo.

(Desenho do 1.º-ten. SG Guena Viana)

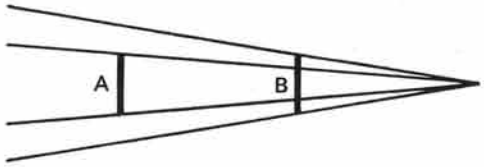
– Oh filha, não te faças rogada... Querias um almirante?! Contenta-te com esse, que não vais nada mal...

ILUSÕES DE ÓPTICA

1

Qual é a maior distância. de A a B ou de B a C ?

2



Qual das verticais é maior: A ou B ?

(Solução na pág. 34)

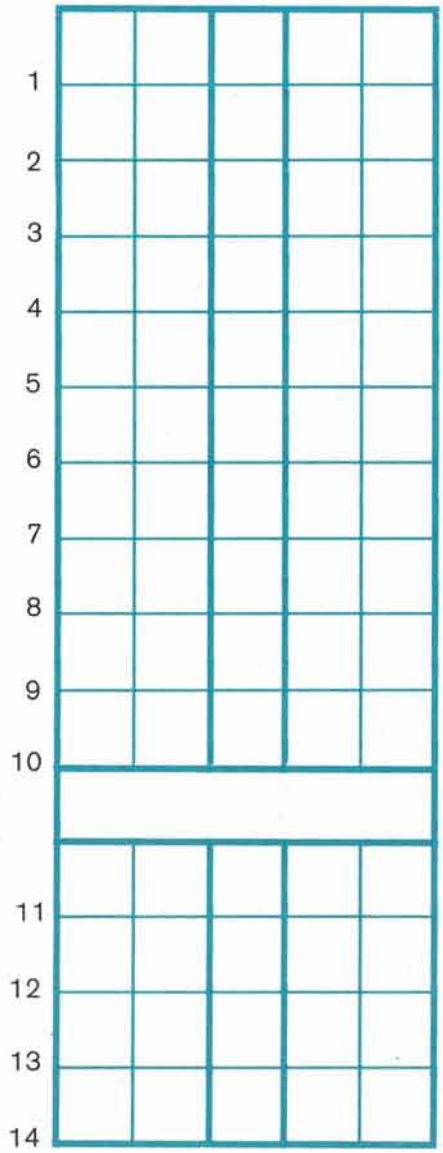
PROVÉRBIOS DA GENTE DO MAR

Se entra por terra a gaivota
é que o temporal a enxota.

Se depois da chuva vem nevoeiro
tens bom tempo, marinheiro.

Basto Carreira
Cap.-m.-g.

PILHA DE PALAVRAS



1 – Saliva viscosa (pl.). 2 – Beatificado. 3 – Concelho do distrito de Beja. 4 – Pequena bota. 5 – Pua. 6 – Bafio. 7 – Sai do solo. 8 – Explosivo. 9 – Matagal. 10 – Grosseiro. 11 – Utensílio para empurrar a agulha. 12 – Coloca na horizontal. 13 – Rocega. 14 – Porções.

Depois de resolvido este passatempo, na coluna central, o leitor encontrará o nome de um navegador português. Este problema tem a particularidade de as palavras se iniciarem pela letra «B», na primeira parte, e pela letra «D», na segunda.

Agostinho Fardilha
Ex-mar. L

LOGOGRIFOS COMPRIMIDOS

Basto Carreira
Cap.-m.-g.

1 – X / Linha = Desconfio

2 – 2 2 = Bispar

3 – I tecido I = Entristecido

4 – Nota N Padre = Sinecura

SOLUÇÕES

PASSATEMPO

Reno, Tamisa, Volga, Mississipi; Oder, Tejo; Amazonas, Cuanza, Ganges, Danúbio, Nilo.

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS: 1 – Maca; afia. 2 – Ostra. 3 – Lá; ore; pi. 4 – Ada; aia. 5 – Responsos. 6 – Nau; oil. 7 – Atrapalha. 8 – Ora; aos. 9 – Ro; iró; ss. 10 – Prata. 11 – Área; alor.

VERTICAIS: 1 – Molar; aorta. 2 – Adentro. 3 – Co; asara; pé. 4 – Aso; pua; ira. 5 – Trio; pira. 6 – Are; noa; Ota. 7 – Fá; asila; al. 8 – Piolhos. 9 – Avias; assar.

DAMAS

	Brancas	Pretas
1.	3-16	21-30
2.	13-10	14-5
3.	23-31	30-2
4.	31-24 e ganham	

XADREZ

	Brancas	Pretas
1.	Df6	gxf6
2.	Cxf6 ch/	Re7
3.	Td7 e mate	

ILUSÕES DE ÓPTICA

1
A distância entre A e B é igual à distância entre B e C.

2
As verticais têm o mesmo comprimento.

PILHA DE PALAVRAS

1 – Babas. 2 – Beato. 3 – Borba. 4 – Botim. 5 – Broca. 6 – Bolor. 7 – Brota. 8 – Bomba. 9 – Brejo. 10 – Bruto. 11 – Dedal. 12 – Deita. 13 – Draga. 14 – Doses.
(Bartolomeu Dias)

SOLUÇÃO DO CONCURSO N.º 42

1 – Barcha. 2 – 1836. 3 – Na costa de Portugal. 4 – Paleontologia. 5 – D. João VI. 6 – Mar Negro. 7 – Francisco de Arruda. 8 – Henrique Lopes de Mendonça. 9 – Santa Maria. 10 – Atlântico.

VENCEDOR: Maria da Fátima Sousa Lopes, de Lisboa.

REABASTECIMENTO NO MAR

Ao largo de Cabo Verde, o N. R. P. «S. Gabriel» reabastece a fragata «Comandante Sacadura Cabral».

Lancha Grande da Póvoa de Varzim

(Modelo da colecção Seixas, existente no Museu de Marinha – foto de Reinaldo de Carvalho, fotógrafo do Museu de Marinha)

De características vincadas, a construção dos barcos da Póvoa de Varzim, teve grande influência em todos os portos pesqueiros da região entre Minho e Douro e até mais ao sul, na região da Ericeira, se observaram pequenos barcos do mesmo tipo.

Naquela região, em especial, os pescadores ostentavam no costado dos seus barcos, os nomes porque foram baptizados e, no bordo contrário, legendas de invocações religiosas, além de enorme diversidade de siglas e símbolos em que procuravam a protecção contra as tempestades e as invejas.

No modelo presente figuram o nome «S.ª d'Arrábida» e a legenda «S. José».

As suas destemidas companhas aproveitaram as boas condições veleiras destes barcos, para se deslocarem ao mar preferido para as suas pescas, utilizando uma vela de pendão içada num único mastro, com a qual habilmente manobravam.

Porto de pesca por excelência, a Póvoa possuía uma grande frota pesqueira com variadas características relacionadas com a função da pesca em que se empregavam.

A lancha poveira representada na fotografia, destinava-se exclusivamente à pesca da pescada.

As suas linhas de construção aliadas às boas qualidades veleiras que possuía, foram ultrapassadas com o tempo e hoje, os motores fora de borda destronaram-na, até certo ponto, da beleza que emprestava à região.